



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

**ISABEL FRANTZ**

**FORMAÇÃO IMAGINÁRIA E SUBJETIVIDADE NAS REDES SOCIAIS:  
A COMUNIDADE *LÍNGUA PORTUGUESA* NO FACEBOOK**

**CHAPECÓ  
2014**

**ISABEL FRANTZ**

**FORMAÇÃO IMAGINÁRIA E SUBJETIVIDADE NAS REDES SOCIAIS:  
A COMUNIDADE *LÍNGUA PORTUGUESA* NO FACEBOOK**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, sob a orientação do Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho.

CHAPECÓ  
2014

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rua General Osório, 413D  
CEP: 89802-210  
Caixa Postal 181  
Bairro Jardim Itália  
Chapecó - SC  
Brasil

F836f Frantz, Isabel  
Formação imaginária e subjetividade nas redes sociais: a comunidade Língua Portuguesa no Facebook / Isabel Frantz. -- 2014.  
96 f.; il. color.

Orientador: José Simão da Silva Sobrinho.  
Dissertação (mestrado) (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó - SC, 2014.

1. Formação Imaginária. 2. Imaginário Linguístico. 3. Subjetividade. I. Título. II. José Simão da Silva Sobrinho.

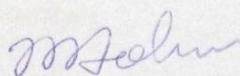
Ficha catalográfica elaborada pela Assessoria de Informação,  
Conhecimento e Tecnologia – Campus Chapecó – UFFS

ISABEL FRANTZ

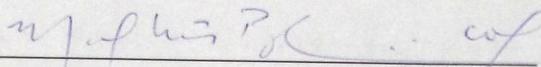
**FORMAÇÃO IMAGINÁRIA E SUBJETIVIDADE NAS REDES SOCIAIS:  
A COMUNIDADE LÍNGUA PORTUGUESA NO FACEBOOK**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, defendido em banca examinadora em 03 de abril de 2014.

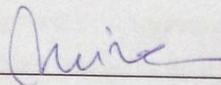
BANCA EXAMINADORA



\_\_\_\_\_  
Presidente/Orientador: Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho (UFFS)



\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Inês Pagliarini Cox (UFMT)



\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mary Neiva Surdi da Luz (UFFS)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Valdir Prigol (UFFS)

Chapecó, SC, abril de 2014.

Dedico aos meus pais, Otto e Dulce, e a meu marido, Juliano.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Dr. José Simão da Silva Sobrinho, pela orientação, pela motivação, pelo rigor teórico exigido, pelas leituras cuidadosas e atenção dedicadas a este trabalho.

À Dra. Maria Inês Pagliarini Cox e à Dra. Mary Neiva Surdi da Luz, pela disponibilidade e contribuições no Exame de Qualificação.

Ao Laboratório Fronteiras e ao Grupo de Estudos em Análise de Discurso, pelas discussões e contribuições.

Aos meus pais, pelo apoio, inclusive financeiro, pelas palavras de motivação e carinho.

Ao meu marido, Juliano, pela paciência, compreensão, auxílio, motivação e carinho.

Aos meus sogros, pela ajuda nos momentos difíceis.

Aos meus irmãos, pelo apoio.

Aos colegas e amigos Cleber, Irene, Elisandra e Flávia, pelos momentos de discussão, aprendizado e pelas contribuições ao longo de todo o curso.

Às companheiras de orientação, Alana e Raquel, pelas contribuições dadas e o apoio.

Aos meus amigos e familiares, pela compreensão e pela torcida.

## RESUMO

Neste trabalho, procuramos compreender, na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, sobretudo, associada à História das Ideias Linguísticas, a formação imaginária e as subjetividades por ela produzidas na discursividade da comunidade *Língua Portuguesa* na rede social Facebook. As perguntas que nortearam esse trabalho são: (i) que formação imaginária constitui a comunidade *Língua Portuguesa* no Facebook? (ii) que subjetividades são produzidas por essa formação imaginária? Para responder essas perguntas, construímos um arquivo de postagens e comentários da comunidade publicados no período entre 11 de agosto de 2011 (data da criação da comunidade) e 31 de julho de 2013, quando encerramos a construção do arquivo. Nos recortes, é possível depreender modos de significação da diversidade da Língua Portuguesa e de seus falantes. Identificamos, no material de análise, três imaginários predominantemente em funcionamento, que constituem a formação imaginária. O “Imaginário da correção linguística” filiado à memória da colonização, significando a Língua Brasileira fluida como errada, falha, enquanto a língua imaginária, da gramática normativa, é significada como a língua correta. O “Imaginário linguístico da Lusofonia”, também filiado aos discursos da colonização, significando a Língua Portuguesa como uma e a Língua Brasileira como uma cópia falha da língua de Portugal. Contudo há a filiação de sentidos que resistem a essa discursividade, sentidos relativos aos discursos da descolonização, considerando a diversidade linguística brasileira como constituinte de outra língua, diferente da língua de Portugal, configurando um imaginário linguístico nacionalista. O “Imaginário da globalização” filia-se por sentidos aos discursos da colonização e aos discursos da descolonização linguística. Predomina, contudo, a posição discursiva lusófona da superioridade portuguesa. A língua nacional de Portugal é universalizada como referência na globalização da Língua Portuguesa. Esses imaginários constituem a formação imaginária que conforma sentidos na comunidade *Língua Portuguesa*, produzindo subjetividades cindidas pelo funcionamento, sob a forma da contradição, da memória discursiva da colonização e da memória discursiva da descolonização.

Palavras-chave: Formação imaginária. Imaginário linguístico. Subjetividade.

## ABSTRACT

In this work, we seek to understand the imaginary formation and subjectivities produced by itself in the discourse community in Portuguese social network Facebook, using the theoretical and methodological perspective of Discourse Analysis based on the work of Michel Pêcheux and Eni Orlandi, associated with Linguistic History of Ideas. The questions that guided this study are: (i) what constitutes the imaginary formation of the Portuguese community on Facebook? (ii) what are the subjectivities produced by this imaginary formation? To answer these questions, we constructed an archive of posts and comments from the community published between August 11, 2011 (date of community creation) and July 31, 2013, when we finished the archive construction. On the cutouts, it is possible to infer modes of meaning of the diversity of the Portuguese language and its speakers. We have identified three imaginary predominantly on operation, constituting the imaginary formation. The "Imaginary of linguistic correctness" affiliated to the colonization memory, meaning the Brazilian fluid language as wrong, failed, while the imaginary language, grammar, is meant as the correct language. The "Imaginary language of Portuguese", also affiliated to the colonization discourses, meaning Portuguese as unite and Brazilian Language as a failure copy of Portugal's language. However there is the affiliation of meanings that resist this discourse, directions concerning decolonization discourses, considering the Brazilian linguistic diversity as a constituent of another language different than Portugal's language, setting a nationalist imaginary language. The "Imaginary of globalization" by way affiliated to the colonization discourses and linguistics decolonization discourses. However, the predominant discursive position is the Lusophone Portuguese superiority. The national language of Portugal is universalized as a reference in the globalization of the Portuguese language. These imaginary constitute the imaginary formation that conform senses in Portuguese community, producing demerged subjectivities off the operation in the form of contradiction, the discursive memory of colonization and decolonization discursive memory.

Keywords: Imaginary formation. Imaginary language. Subjectivitie.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Formações imaginárias.....	21
---	----

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> “Dois países, duas histórias, a mesma língua” .....	18
<b>Figura 2:</b> “Cuidado com este erro!” .....	23
<b>Figura 3:</b> Sobre a comunidade.....	24
<b>Figura 4:</b> Fragmento da obra de Ruy Barbosa.....	29
<b>Figura 5:</b> Fragmento da obra de Renato Russo.....	38
<b>Figura 6:</b> Correção.....	43
<b>Figura 7:</b> Estreia - Estrear.....	46
<b>Figura 8:</b> “Unidos pela Língua Portuguesa!” .....	49
<b>Figura 9:</b> “Dois países, duas histórias, a mesma língua” .....	53
<b>Figura 10:</b> “Língua Brasileira” .....	62
<b>Figura 11:</b> “05 de novembro Dia Nacional da Língua Portuguesa” .....	69
<b>Figura 12:</b> “Português: uma língua cada vez mais global” .....	79
<b>Figura 13:</b> “05 de novembro Dia Nacional da Língua Portuguesa” .....	82

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 A CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE NA/PELA LÍNGUA</b> .....	13
2.1 DO PERCURSO ANALÍTICO.....	13
2.2 DA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DISCURSIVO.....	17
2.3 COMUNIDADE VIRTUAL E DISCURSO PEDAGÓGICO.....	24
<b>3 IMAGINÁRIO DA CORREÇÃO LINGUÍSTICA</b> .....	32
<b>4 IMAGINÁRIO DA LUSOFONIA</b> .....	48
4.1 EFEITOS DE SENTIDOS DA COLONIZAÇÃO.....	48
4.2 EFEITOS DE SENTIDOS DA DESCOLONIZAÇÃO.....	60
4.3 CONTRADIÇÃO E SUBJETIVIDADE.....	68
<b>5 IMAGINÁRIO DA GLOBALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA</b> .....	76
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	86
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	88

## 1 INTRODUÇÃO

*É assim que eu gostaria de saber lido este meu trabalho: sentidos que chegam com a mesma incerteza do viajante que acaba por dizer sobretudo o que não sabe sobre aquilo que, desconhecido, veio a conhecer. E que está sempre mais além. Como está sempre mais além o sentido profundo do que imaginamos ser o que chamamos Brasil. (ORLANDI, 2008, p. 14).*

A epígrafe que escolhemos para introduzir este trabalho nos marca como pesquisadora, pois a articulação teórica entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas nos era um caminho desconhecido. Em nossa graduação, tivemos oportunidade de fazer ciência em Linguística Aplicada, pesquisando as concepções teórico-metodológicas do ensino de Língua Portuguesa nas séries iniciais das escolas do município de Chapecó – Santa Catarina, num trabalho de iniciação científica, e em Análise de Discurso, buscando compreender, no trabalho de conclusão de curso, os processos identificatórios no aprendizado de Língua Inglesa.

No presente trabalho, utilizamos dispositivos teóricos e analíticos da Análise de Discurso fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, sobretudo, associada à História das Ideias Linguísticas. Nesta perspectiva, ligamos o texto ao discurso, este às formações discursivas e estas à ideologia, o que nos permite compreender o trajeto em que se estabelecem os sentidos e os sujeitos pela inscrição da língua na história (ORLANDI, 2012b, p. 51).

A partir desse quadro teórico-metodológico, procuramos compreender a formação imaginária e os processos de subjetivação por ela conformados na discursividade da comunidade *Língua Portuguesa* na rede social Facebook, entendendo-se os processos de subjetivação como processos de constituição de sujeitos. As perguntas de pesquisa que elegemos são: (i) que formação imaginária constitui sujeitos e sentidos no material de análise? (ii) que processos de subjetivação a formação imaginária identificada produz?

Para a construção do arquivo da pesquisa, decidimos trabalhar com o Facebook, mais especificamente, com postagens e comentários da comunidade *Língua Portuguesa*. Pensamos nesta comunidade como um espaço discursivo cuja análise possibilita compreender como se constituem e/ou funcionam imaginários, sujeitos e sentidos na relação com a Língua Portuguesa.

Nosso material de análise consiste em sequências discursivas organizadas a

partir de um arquivo de postagens e comentários da comunidade *Língua Portuguesa*, publicados no período entre 11 de agosto de 2011 (data da criação da comunidade) e 31 de julho de 2013, quando encerramos a construção deste arquivo para execução do projeto. A comunidade *Língua Portuguesa*, em geral, apresenta, em suas postagens, algumas questões ortográficas, e se constitui como espaço possível para compreender como se constitui a formação imaginária que determina historicamente a relação dos sujeitos com a Língua Portuguesa.

Foram importantes para o nosso trabalho as reflexões de Dias (2004, 2011) sobre os discursos em espaços discursivos virtuais. A pesquisadora procura, em seus trabalhos, compreender como o ciberespaço funciona discursivamente, como se produzem os sentidos e como se dão as relações sociais pela escrita nesse espaço digital. Além de pensar o modo de constituição do sujeito no discurso das tecnologias virtuais, a pesquisadora propõe uma reflexão sobre o sujeito das novas tecnologias de linguagem e escrita. Diferentemente dos trabalhos da pesquisadora, nosso trabalho propõe analisar a escrita no ciberespaço, buscando compreender que formação imaginária constitui a comunidade *Língua Portuguesa* e as subjetividades que se inscrevem nessa formação imaginária. Analisamos, assim, um tema ainda pouco explorado pelos trabalhos em Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas, produzindo contribuições para esses campos científicos.

Assim como Dias (2004, 2011), tomamos o Facebook como espaço discursivo virtual. De nossa parte, entendemos que o espaço discursivo,

delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos analisados. (MAINGUENEAU, 1997, p. 117).

No espaço discursivo produzem-se sentidos pela relação da língua com a história. Por esses sentidos produzidos, identificamos, no material de análise, três imaginários em funcionamento, constituindo sujeitos e sentidos na discursividade da comunidade *Língua Portuguesa*: o imaginário da correção linguística, o imaginário da Lusofonia e o imaginário da globalização da Língua Portuguesa.

No **capítulo 2**, “A constituição da comunidade na/pela língua”, apresentamos nosso objeto de análise e o percurso metodológico que construímos, além de realizarmos nossos primeiros gestos de interpretação. Nesses gestos de

interpretação, depreendemos a filiação de sentidos da descrição da comunidade que analisamos ao discurso pedagógico, ao purismo linguístico e aos discursos da colonização; e a inscrição desses sentidos no imaginário de unidade linguística entre os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

No **capítulo 3**, “Imaginário da correção linguística”, compreendemos que o imaginário identificado filia-se à memória da colonização. Os sentidos depreendidos nesse imaginário significam a língua fluida como errada, falha, e a língua imaginária, da gramática normativa, como a língua correta. Esse imaginário está conformado por um ideal de língua homogênea.

No **capítulo 4**, “Imaginário da Lusofonia”, analisamos a filiação aos discursos da colonização, discursos segundo os quais existe unidade linguística entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; sendo a língua brasileira uma cópia falha da língua de Portugal. Contudo, há a filiação a alguns sentidos que resistem a essa discursividade, aos discursos da descolonização, considerando a diversidade linguística brasileira como constitutiva de outra língua, diferente da língua de Portugal, configurando um imaginário nacionalista.

Finalmente, no **capítulo 5**, “Imaginário da globalização da Língua Portuguesa”, compreendemos que há, além da filiação aos discursos da colonização, uma sobredeterminação discursiva pelos discursos da descolonização linguística. O imaginário da globalização da Língua Portuguesa em funcionamento na discursividade da comunidade significa essa língua como homogênea. A referência para a globalização do Português é a língua nacional de Portugal. Portugal é o centro “irradiador” da língua. A língua nacional do Brasil é significada como uma variedade local, sem projeção ou vocação global.

Concluimos que esses três imaginários funcionam na formação imaginária que constitui a comunidade *Língua Portuguesa*. Essa formação imaginária é a da unidade linguística lusófona, reinscrevendo sentidos da colonização e da descolonização. Compreendemos por essa reinscrição, que a formação imaginária identificada constitui posições-sujeito contraditórias: de um lado, a posição-sujeito colonizador, conformada por sentidos da colonização; e de outro, a posição-sujeito descolonizado, conformada por sentidos da descolonização.

## 2 A CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE NA/PELA LÍNGUA

### 2.1 DO PERCURSO ANALÍTICO

Nas ciências da linguagem há várias formas de pesquisar os fenômenos linguísticos. Há modos de lidar com fenômenos linguísticos que trabalham com fatos e outros com dados. Discursivamente, trabalhamos com fatos linguísticos e não com dados. Isso “significa a possibilidade de trabalhar o processo de produção da linguagem e não apenas seus produtos” (ORLANDI, 1996, p. 209), trazendo a questão da historicidade para a reflexão.

Pela perspectiva que aqui adotamos, “não existem dados enquanto tal, uma vez que eles resultam já de uma construção, de um gesto teórico” (ORLANDI, 2012c, p. 38). Há uma diferença entre dados e fatos. Enquanto dados são considerados objetos empíricos da linguagem, os fatos são providos de sentidos, se produzem na ordem do discurso e remetem à memória discursiva (FERREIRA, 2005, p. 13-14). Entendemos que o dado remete à evidência de sentido, ao já pronto, construído, que não precisa de interpretação, já o fato demanda o trabalho da interpretação, tem relação com redes de memória, tem historicidade.

Nosso objeto de estudo, fato linguístico-histórico que exige um gesto de interpretação, é o discurso. É importante frisar que, em nossa perspectiva teórica, o discurso não é a fala ou o texto, é “efeito de sentidos” (PÊCHEUX, 2010a, p. 81) entre locutores, conjugação da língua com a história pelo efeito ideológico (ORLANDI, 1996, p. 212). Orlandi (2012a, p. 17), refletindo sobre a relação língua-discurso-ideologia, conclui que “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos”.

Para compreender o funcionamento do discurso, é necessário considerar o interdiscurso. Este é o modo de funcionamento da memória pelo esquecimento, “um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, 2012, p. 43). Ou ainda, como aponta Orlandi (2012a, p. 33), “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”. O conceito de interdiscurso permite remeter o dizer a uma memória e identificar o dizer em sua historicidade, pois determina, pelo já-dito,

aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra (Ibidem, p. 43-44). Entendemos que é na/pela relação com as formações discursivas e ideológicas que se constituem os sentidos e os sujeitos, ou melhor,

*As palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 2009, p. 146-147, grifos do autor).*

Desta forma, discursivamente, não podemos nos ater à evidência dos sentidos, pois isso apagaria a historicidade de sua construção, não nos permitindo compreender a materialidade discursiva de nosso arquivo. Corroborando a tese de Pêcheux, Orlandi (2012a, p. 43-44) afirma que o discurso se constitui pela inscrição do dizer em uma formação discursiva e não outra, para ter um sentido e não outro. A autora continua, dizendo que o sentido não existe em si, na palavra, mas deriva de sentidos inscritos em formações discursivas. Uma mesma palavra, portanto, pode significar diferentemente ao passar de uma formação discursiva para outra. É necessário, portanto, nos expormos à opacidade do texto, para compreender os sentidos produzidos por ele.

Pêcheux define formação discursiva como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 147). As formações discursivas representam as formações ideológicas no discurso, o que nos permite depreender que sujeitos e sentidos são sempre determinados ideologicamente. Orlandi (2012a, p. 44) chama a atenção para o fato de que as formações discursivas são “constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações”. A formação discursiva funciona como lugar de articulação da língua com o discurso.

Os discursos constituem-se pelo trabalho da memória, e para depreender a relação do discurso com as formações discursivas e ideológicas que o constituem, precisamos analisar a materialidade do discurso. Lembramos que a materialidade não é somente o que está dito, ou o “dado” (ORLANDI, 2012d, p. 70), mas sim o que permite observar a ideologia (Ibidem, p. 72), a relação da língua com a exterioridade.

Novamente entra em questão a não evidência do sentido. A materialidade não é o texto, não é evidente, pois

a instância da formulação não nos leva imediatamente ao interdiscurso. Passa pela opacidade, pela espessura semântica, pelo corpo da linguagem que, na análise de discurso, chamamos sua materialidade, sua discursividade, sua historicidade. (ORLANDI, 2012c, p. 76).

É na relação da língua com a ideologia que está a materialidade e é por essa relação que se compreende como os sentidos são produzidos. É necessário um trabalho de interpretação para compreender a materialidade histórica do discurso.

Interessando-nos a materialidade linguístico-histórica, o funcionamento do discurso (ORLANDI, 2012a, p. 65), para nossa análise construímos um arquivo formado por postagens e comentários da comunidade *Língua Portuguesa* do Facebook. Denominamos como arquivo, em sentido mais amplo, o conjunto de documentos pertinentes e disponíveis sobre a questão de pesquisa (PÊCHEUX, 1994, p. 57). É pelo trabalho da interpretação sobre a materialidade do arquivo, sua historicidade, que chegamos ao processo discursivo, compreendendo em que formações discursivas e ideológicas o discurso está inscrito.

A inscrição de determinadas formações discursivas e ideológicas constitui a formação imaginária em funcionamento na comunidade *Língua Portuguesa*. Observando a relação dos dizeres desta comunidade com as formações discursivas e ideológicas, compreendemos a constituição das imagens produzidas para/sobre a Língua Portuguesa e seus falantes.

Para compreender a formação imaginária (as imagens) em funcionamento no arquivo que analisamos, metodologicamente trabalhamos com o recorte, por meio do qual selecionamos as sequências discursivas que foram analisadas, que se constitui em fragmento da situação discursiva, em um “gesto de interpretação” (ORLANDI, 2012c, p. 18). Compreendemos, com Orlandi, que “recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia” (ORLANDI, 1984, p. 14).

Pelo procedimento de recorte, selecionamos as sequências discursivas que interessam para nosso trabalho, sequências discursivas a partir das quais foi possível depreender a formação imaginária em funcionamento no arquivo e os sujeitos por ela produzidos. Com Courtine consideramos que as sequências

discursivas devem ser compreendidas como objeto

tomado num processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma dada FD [formação discursiva]: *o estudo do intradiscurso que tal sequência manifesta é indissociável da consideração do interdiscurso da FD.* (COURTINE, 2009, p. 84, grifos do autor).

Nesse sentido, interpretando as marcas do intradiscurso e do interdiscurso nas sequências discursivas, identificamos as formações discursivas e ideológicas nas quais o discurso se inscreve, o trajeto em que se estabelecem os sentidos e os sujeitos pela inscrição da língua na história.

Nesse tratamento metodológico do arquivo, em nosso gesto de interpretação, articulamos dispositivos teóricos e analíticos da Análise de Discurso, associada à História das Ideias Linguísticas, para compreendermos a formação imaginária que constitui sujeitos e sentidos na comunidade *Língua Portuguesa* da rede social Facebook. Para chegarmos a essa compreensão, o trabalho de interpretação das sequências discursivas selecionadas exigiu que nos expuséssemos à opacidade do texto. O que denominamos compreensão, neste trabalho, é, como Orlandi propõe, “a explicitação do modo como o discurso produz sentido” (ORLANDI, 1994b, p. 58). Para haver compreensão, deve-se considerar a historicidade do material de análise.

Nesta perspectiva, analiticamente, partimos da superfície linguística com o recorte das sequências discursivas, depreendendo no intradiscurso, por um gesto de interpretação, as marcas que formações discursivas e relações de sentido deixam no texto, desfazendo a ilusão de que aquilo que está dito só poderia ser dito daquela forma. Desse modo, construímos o objeto discursivo relacionando o dizer com outros dizeres e não-ditos. Por essa via, buscamos compreender o processo discursivo considerando a historicidade, o que permitiu, pela depreensão das formações discursivas nas quais se inscrevem o dizer das postagens, compreender a formação ideológica dominante (ORLANDI, 1994a, p. 303; ORLANDI, 2002b, p. 77-78; ORLANDI, 2012b, p. 51).

A superfície linguística, em Fuchs e Pêcheux (2010), é compreendida como “objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 e 2, na medida mesmo em que é o lugar de sua realização, sob a forma, coerente e subjetivamente vivida como necessária, de uma dupla ilusão” (Ibidem, p. 181). O esquecimento número 1 se refere à ilusão do sujeito de ser origem, fonte do dizer, como se aquilo que é dito não

fosse resultado de filiações discursivas e ideológicas. O esquecimento número 2 se refere à ilusão do sujeito de controlar o dizer, como se não pudesse haver outro sentido para o que foi dito.

As marcas de que tratamos no processo analítico são propriedades discursivas que referem a língua à história para significar (ORLANDI, 2012a, p. 90) ou, como denomina Pêcheux (2009, p. 150), são *traços* do interdiscurso, reinscritos no discurso. As marcas se constituem pela inscrição da história na língua, pela filiação do dizer a determinadas redes de sentidos. Uma palavra, uma expressão, etc. em si não é uma marca com propriedade discursiva, é pelo trabalho da interpretação sustentada nos dispositivos teóricos e analíticos que uma palavra, uma expressão, etc. é apreendida como marca das formações discursivas e ideológicas no dizer.

Pelo processo de dessuperficialização linguística construímos o objeto discursivo. A dessuperficialização discursiva “remete à existência material da língua, caracterizada pela estrutura não linear dos mecanismos sintáticos e mais profundamente por aquilo sobre o que se exerce o ‘esquecimento nº 2’” (FUCHS; PÊCHEUX, 2010, p. 180). O objeto discursivo é entendido como resultado da dessuperficialização. A “relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies linguísticas” resulta no que entendemos como processo discursivo (Ibidem, p. 181). Compreender as relações entre as formações discursivas e a formação ideológica que rege essas relações é compreender o processo discursivo.

## 2.2 DA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DISCURSIVO

O ponto de partida de nosso estudo é o interesse em compreender os discursos sobre a Língua Portuguesa. Orlandi (2008, p. 44) considera em seu trabalho os discursos *sobre* como formas de institucionalização dos sentidos. O discurso *sobre*, segundo a autora, “organiza, disciplina a memória e a reduz”. Desenvolvendo essa formulação teórica, Petri (2009), a partir de reflexões relativas à formação identitária do gaúcho, propõe que “o *discurso sobre* organiza os *discursos de*, produzindo os efeitos de homogeneização e de naturalização dos sentidos” (Ibidem, p. 78, grifos da autora). Desse modo, o discurso *sobre* constitui-se em gesto de interpretação do discurso *de*, que recupera uma memória correndo o risco de reduzi-la a informações do passado (Ibidem, p. 79). O que vem reafirmar o que

Orlandi propôs.

Venturini (2012), analisando o discurso *sobre* o professor na revista Nova Escola, afirma que

O discurso **sobre**, que se funda no discurso **de**, funciona, com frequência, como uma modalidade de discurso pedagógico, que no eixo da formulação, ocorre como um discurso saturado, sem espaço para as contradições próprias do discurso, na perspectiva teórica da análise do discurso, de filiação pecheuxtiana. (Ibidem, p. 299, grifos da autora).

Nesse sentido, o discurso *sobre* a língua pode funcionar como discurso pedagógico. Ancorado no discurso *de*, o discurso *sobre* funciona pela rememoração, segundo Venturini (Ibidem, p. 48). Ele reinscreve o já-dito, o já significado, retornando pela repetição, possibilitando tanto a estabilização quanto a dispersão de sentidos (Ibidem, loc. cit.).

Durante o início do trabalho de construção de arquivo, pesquisando na internet (sites, blogs, redes sociais e fóruns, entre outros) espaços de discussão sobre a língua, deparamo-nos com a comunidade *Língua Portuguesa*, no Facebook. Dentre as várias postagens dessa comunidade uma, em particular, nos chamou a atenção:

**Figura 1:** “Dois países, duas histórias, a mesma língua”.

Fonte: Comunidade *Língua Portuguesa*.



Esta postagem, de certa forma, intrigou. Falamos a mesma língua que Portugal? A partir daí o desafio que assumimos foi compreender que formação imaginária constitui sujeitos e sentidos na discursividade desta comunidade.

Passamos a construir um arquivo composto por postagens e comentários da comunidade *Língua Portuguesa*. As postagens e comentários que constituem esse arquivo foram publicados no período entre 11 de agosto de 2011, época em que a comunidade foi criada, e 31 de julho de 2013, quando encerramos a construção de nosso arquivo. As postagens são imagens publicadas somente pela administradora, enquanto os comentários podem ser publicados por qualquer um que acesse a página da comunidade, com a censura da administradora, que aceita ou recusa os comentários.

Para compreender a formação imaginária que constitui sujeitos e sentidos nessa comunidade, produzindo diferentes relações dos sujeitos com a língua, com o Estado e com outros falantes, recortamos do arquivo construído para nossa pesquisa as sequências discursivas a partir das quais organizamos o *corpus* discursivo. Não analisamos todo o arquivo, escolhemos postagens e comentários nos quais depreendemos o funcionamento de imaginários que constituem a formação social e política brasileira.

Orlandi (2008, p. 44) explica que o imaginário é aquilo que suspende “a relação da produção de sentido com o ‘seu lugar’ para levá-lo para ‘outro’ como se fosse o próprio, apagando a materialidade das condições de produção”. Esse é um efeito do trabalho da ideologia, que é

percebida como o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado. (ORLANDI, 2012c, p. 65).

Por esse efeito ideológico passa-se a considerar *um* sentido (interpretação) possível como o sentido possível para o sujeito. Contudo, segundo a autora, é importante “atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades” (ORLANDI, 2012a, p. 42) para compreender o que está sendo dito. É preciso referir o dizer às suas condições de produção, estabelecer as relações do dizer com sua memória e remetê-lo a uma formação discursiva para compreendermos o processo discursivo (Ibidem, loc. cit.). Isso porque o sentido não é dado, nem existe em si, ele existe pelo trabalho da ideologia, efeito da relação do sujeito com a língua e a história.

De acordo com as reflexões de Pêcheux (2009, p. 135) a respeito das

proposições de Althusser, sem ideologia não há sujeitos, nem sentidos. A ideologia é aquilo que interpela o indivíduo em sujeito, e também o que determina que o sentido seja x e não y. A ideologia produz a evidência de que o sujeito é sempre já sujeito, apagando o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia; e a evidência do sentido, apagando a materialidade do sentido, sua relação com as formações discursivas e ideológicas (ORLANDI, 2012a, p. 46).

Anteriormente, na seção 1.1, explicamos o que compreendemos por formação discursiva. Trataremos agora da formação ideológica e de sua relação com a formação discursiva. De acordo com Pêcheux (2009, p. 132, grifo do autor), a instância ideológica, em sua materialidade, “existe sob a forma de formações ideológicas, que, ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe”, caracterizando-se pelas relações de desigualdade-subordinação entre as classes. O caráter regional, segundo o autor, seria sua “especialização ‘evidente’” (Ibidem, loc. cit.) em determinada área. As posições de classe representam os interesses de classe aos quais a formação ideológica serve. Nesse sentido, na formação ideológica, os sentidos ideologicamente determinados por posições de classe se relacionam às posições de classe em conflito umas com as outras.

Por esse viés, dizemos que a formação ideológica constitui um complexo conjunto de formações discursivas. Só é possível que as formações discursivas determinem “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 147, grifos do autor), a partir de uma posição determinada pela luta de classes, em condições de produção específicas. Assim, podemos dizer que as formações discursivas constituem e, ao mesmo tempo, são determinadas pela formação ideológica. O sentido, nessa perspectiva que adotamos, é constituído na relação do dizer com as formações ideológicas nas quais as posições-sujeito se inscrevem.

Essas posições são abordadas por Pêcheux (2010a, p. 81) quando de sua reflexão acerca do processo discursivo, a partir da sua compreensão sobre a teoria da comunicação de Jakobson. A e B, que seriam, respectivamente, o destinador e o destinatário na teoria de Jakobson, para Pêcheux (Ibidem, loc. cit.) “designam lugares determinados na estrutura de uma formação social” que estão representados, “presentes, mas transformados”, no processo discursivo, constituindo-se em posições-sujeito. O autor propõe a seguinte maneira de compreender as formações imaginárias em que o dizer se inscreve:

**Quadro 1:** Formações imaginárias

Fonte: (PÊCHEUX, 2010a, p. 82)

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A $\left\{ \begin{array}{l} I(A) \\ A \\ I(B) \\ A \end{array} \right.$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B $\left\{ \begin{array}{l} I(B) \\ B \\ I(A) \\ B \end{array} \right.$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	Imagem o lugar de A para o sujeito colocado em b	“Quem é ele para que me fale assim?”

Compreendemos que, para o autor,

o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (Ibidem, loc. cit., grifos do autor).

Como Pêcheux (Ibidem, loc. cit.) enfatiza, estas imagens são objetos imaginários, o ponto de vista do sujeito produzido pelo efeito ideológico, constituindo-se em condições de produção do discurso. O autor (Ibidem, p. 85) acrescenta que a formação imaginária resulta de processos discursivos anteriores “que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco”.

Fazemos uma pausa aqui para chamar a atenção para o que “formação” significa para nós. Em Análise de Discurso falamos em: formação social, formação discursiva, formação ideológica, formação imaginária e formação do inconsciente. Essa denominação “formação” nos faz pensar em processos complexos de constituição (social, discursiva, ideológica, imaginária e do inconsciente). Esses processos não são fechados, rígidos, estão em constante movimento, (re)produzindo-se e (trans)formando-se. Desse modo, as imagens que constituem a formação imaginária não são fixas, elas se reproduzem e se transformam de acordo com as condições de produção e as posições-sujeito envolvidas no processo discursivo.

Na produção de imagens, de acordo com Orlandi (2012a, p. 40), repousam

três mecanismos de funcionamento do discurso: as relações de força, as relações de sentido e a antecipação. As relações de força são determinadas pela posição de onde fala o sujeito, que, por sua vez, é constitutivo do que ele diz (Ibidem, p. 39). Pela noção de relações de sentido, compreendemos que o discurso aponta e é sustentado por outros discursos, só existindo por essa relação (Ibidem, loc. cit.). Na antecipação, o sujeito, pelo modo como se constitui, antecipa sentidos, estabelecendo suas estratégias discursivas a partir da representação imaginária que projeta do seu interlocutor (Ibidem, loc. cit.).

Pensando nesses mecanismos de funcionamento do discurso, compreendemos que

não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. (Ibidem, p. 40).

Essas projeções imaginárias constituem as posições dos sujeitos no discurso. Pensar em termos de posição-sujeito é considerar o sujeito determinado pela ideologia e que o sentido é efeito da relação do sujeito com a língua e a história.

A partir de Pêcheux (2009, p. 165-166), compreendemos que o lugar de constituição do imaginário relativo a uma dada posição-sujeito é o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva. A formação discursiva não é acessível ao sujeito, produzindo-se, assim, a ilusão de que o sujeito é origem de seu dizer. É no/pelo funcionamento do interdiscurso, das redes de memória que se constitui o imaginário. Pela ilusão subjetiva, os sentidos produzidos parecem, contudo, desligados de uma formação discursiva. Pelo trabalho analítico, podemos, remetendo o dizer às formações discursivas e ideológicas nas quais ele se inscreve, desfazer essa ilusão e compreender a constituição da formação imaginária que constitui a discursividade da comunidade *Língua Portuguesa*.

Remeter o dizer às formações discursivas e ideológicas é relacionar o dito com o que não foi dito, com o que foi apagado, com o que poderia ser dito, etc. Essa relação delimita as “formações discursivas que intervêm, fazendo as palavras significarem de maneira x ou y” (ORLANDI, 2012a, p. 78). O dito significa de um modo em uma formação discursiva e de outro modo em outra. Considerando que o sentido deriva das formações discursivas, que representam as formações

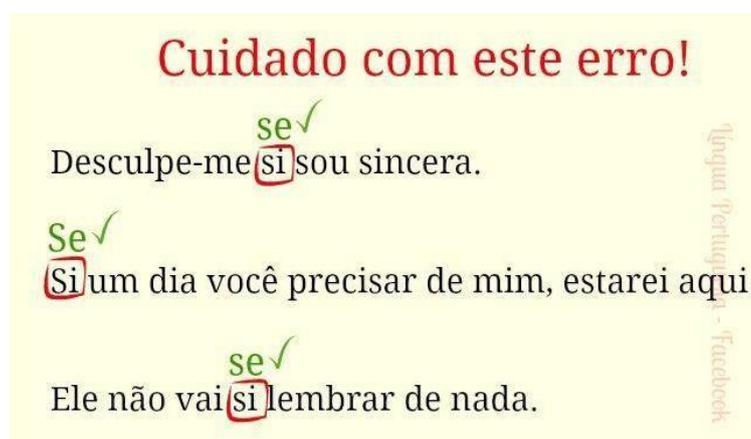
ideológicas no discurso, é preciso remeter o dito às formações discursivas, ao “*que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2009, p. 147, grifos do autor) dentro de uma conjuntura dada, para compreender de que maneira o sentido é constituído.

Iniciando nossas análises, observamos, a partir de regularidades do arquivo da pesquisa, ao menos três imaginários em funcionamento:

- 1) Na figura a seguir, depreendemos, pela interpretação da palavra “erro”, sentidos inscritos no **imaginário da correção linguística**, que se repetem em outras postagens e comentários:

**Figura 2:** “Cuidado com este erro!”

Fonte: Comunidade *Língua Portuguesa*.



- 2) Em várias postagens da comunidade (por exemplo, no comentário: “A língua portuguesa hoje não pertence a um país. É tudo de mais precioso que une as pessoas no mundo da lusofonia”), depreendemos o **imaginário da Lusofonia**, inscrito em ações de políticas linguísticas de Estado como a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- 3) Em um terceiro conjunto de postagens (por exemplo, em: “Mais de 160.000 pessoas de países não lusófonos estão a aprender português, contribuindo para a sua crescente afirmação como uma língua global”), depreendemos sentidos filiados ao **imaginário da globalização da Língua Portuguesa**.

A análise de cada um dos imaginários linguísticos que identificamos resultou em um capítulo de nosso trabalho. Nos capítulos referentes aos imaginários,

analisamos de que maneira cada um constitui a formação imaginária em funcionamento na comunidade analisada. Para compreender que imagens são produzidas sobre/para a Língua Portuguesa na comunidade que analisamos e como os sujeitos são constituídos por essas imagens, foi necessário compreender o que foi dito antes, em outro lugar, e que funciona, produzindo sentido, na discursividade da comunidade.

### 2.3 COMUNIDADE VIRTUAL E DISCURSO PEDAGÓGICO

Em nosso trabalho verificamos que a comunidade que analisamos foi criada em meio à produção de políticas linguísticas de Estado voltadas para a valorização e promoção nacional e internacional da Língua Portuguesa, visando manter o imaginário de unidade que conforma sentidos para a Lusofonia. Algumas ações dessas políticas linguísticas são a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa; a criação da Comunidade dos países de Língua Portuguesa; a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab); e a promulgação do Acordo Ortográfico; dentre outras. Os sentidos que circulam na comunidade *Língua Portuguesa* se inscrevem nas discursividades dessas políticas linguísticas de Estado, de acordo com o que notamos, na análise da sequência discursiva que recortaremos da descrição da comunidade:

**Figura 3:** Sobre a comunidade.

Fonte: Comunidade *Língua Portuguesa*.

The image shows a screenshot of the Facebook page for 'LÍNGUA PORTUGUESA'. The page header includes the Facebook logo, a search bar with the text 'Pesquise pessoas, locais e coisas', and a 'Curtir' (Like) button. The main content area is divided into two columns. The left column is titled 'Sobre' and contains the following information:

- Educação**
- Descrição**: Um espaço para os admiradores da LÍNGUA PORTUGUESA. Junte-se a nós. Cuide do seu idioma. Fale e escreva corretamente.

The right column is titled 'Informações básicas' and contains the following information:

- Fundada em**: 11 de agosto de 2011
- Data de Lançamento**: 11 de agosto de 2011
- Informações de contato**: Website: <http://ceulinguaportuguesa.blogspot.com.br/>
- Administradores da página**: Céu Pimentel

Na guia “Sobre”, a comunidade Língua Portuguesa é identificada como “educação”. Isso filia a comunidade ao discurso pedagógico, que tem como função ser “um dizer institucionalizado, sobre as coisas, que se garante, garantindo a instituição em que se origina e para a qual tende” (ORLANDI, 2009c, p. 23). O dizer institucionalizado que, predominantemente, constitui a comunidade é o dizer da norma gramatical da Língua Portuguesa. A comunidade virtual analisada é, pois, efeito da interpelação dos indivíduos em sujeitos por esse discurso normativo.

A partir da reflexão sobre a prática da escola, Orlandi (Ibidem, p. 29) compreendeu que o discurso pedagógico não é neutro. A autora formulou, a partir disso, uma tipologia que classifica os discursos em três tipos, conforme o seu funcionamento: o lúdico, o polêmico e o autoritário. Considerando as condições de produção, ou seja, as relações entre os interlocutores e dos interlocutores com o referente do discurso, Orlandi afirma que,

no discurso lúdico, há a expansão da polissemia pois o referente do discurso está exposto à presença dos interlocutores; no polêmico, a polissemia é controlada uma vez que os interlocutores procuram direcionar, cada um por si, o referente do discurso e, finalmente, no discurso autoritário há a contenção da polissemia, já que o agente do discurso se pretende único e oculta o referente pelo dizer. (Ibidem, loc. cit.).

Compreendemos que, no caso do discurso pedagógico identificado na comunidade, está em funcionamento o discurso autoritário, que contém a polissemia. A maioria das postagens da comunidade refere-se a questões ortográficas (como na Figura 2), em que funciona o imaginário linguístico da evidência da metalinguagem. Nas postagens, assim como formula Orlandi (Ibidem, p. 19) a respeito do discurso pedagógico, “não há questão sobre o objeto do discurso, isto é, seu conteúdo referencial, apresentando-se assim um só caminho: o do saber institucionalizado, legal (ou legítimo, aquele que se deve ter)”.

Compreendemos o funcionamento do discurso pedagógico em formulações como “Cuidado com este **erro!**”, no caso da Figura 2, e em outras postagens enuncia-se “o **correto** é...”. Esta avaliação dos fatos linguísticos em certo e errado, que funciona nas postagens, é produzida no interior das relações de poder que constituem nossa sociedade, tomando como referência a norma, o saber institucionalizado. Desse modo, em conformidade com Orlandi (Ibidem, p. 29), compreendemos que o discurso pedagógico, como discurso autoritário, aparece

como discurso do poder, “que cria a noção de erro e, portanto, o sentimento de culpa, falando, nesse discurso, uma voz segura e auto-suficiente” (Ibidem, p. 17).

Compreendemos o funcionamento do discurso pedagógico também na descrição da comunidade:

Sequência discursiva 1:

Um espaço para os **admiradores da LÍNGUA PORTUGUESA**.  
**Junte-se a nós. Cuide do seu idioma. Fale e escreva corretamente.**  
 (grifos nossos).

Funciona na discursividade da comunidade a ideologia que interpela os indivíduos em sujeitos “admiradores da Língua Portuguesa”. A Língua Portuguesa é significada como uma. Na sequência discursiva 1, os sujeitos são identificados como “admiradores”, como admiradores “da Língua Portuguesa”. Utiliza-se a preposição “da”, com artigo definido no singular, significando que há somente uma Língua Portuguesa, não permitindo significar as diferentes historicizações da Língua Portuguesa nas diferentes ex-colônias como línguas diferentes, mas, no máximo, significá-la como uma variação “da” língua que “herdamos” de Portugal. O imaginário de que há uma unidade linguística lusófona funciona na evidência de que há uma relação direta entre a língua fluida e a língua imaginária. No entanto, com Orlandi, entendemos que,

Em nosso imaginário (a língua imaginária) temos a impressão de uma língua estável, com unidade, regrada, sobre a qual, através do conhecimento de especialistas, podemos aprender, termos controle. Mas na realidade (língua fluida) não temos controle sobre a língua que falamos, ela não tem a unidade que imaginamos, não é clara e distinta, não tem os limites nos quais nos asseguramos, não a sabemos como imaginamos, ela é profundidade e movimento contínuo. Des-limite. (ORLANDI, 2009a, p. 18).

Desse modo, a relação entre a língua imaginária e a língua fluida não é direta, e só o parece por causa do imaginário em funcionamento. No caso da sequência discursiva 1, o imaginário que se inscreve na formulação com a preposição “da” conforma sentidos para a Lusofonia, significando como uma “a” Língua Portuguesa porque a evidência da semelhança faz desconhecer a distinta materialidade histórica, ou seja, é porque a Língua Portuguesa do Brasil e a Língua Portuguesa de Portugal são semelhantes em alguns aspectos, que não se percebem as diferenças

históricas e se tomam as duas línguas como sendo uma só (ORLANDI, 2002a, p. 24). Esse é um efeito da história da colonização brasileira.

Além do imaginário da unidade linguística, na sequência discursiva 1, a Língua Portuguesa é significada como objeto de admiração. E o que significa ser “admirador” de uma língua nessa discursividade? A segunda linha da sequência discursiva parece dar uma resposta: “Junte-se a nós. Cuide do seu idioma. Fale e escreva corretamente”. Os verbos no imperativo identificam o dizer com o discurso pedagógico, já identificado na guia “Sobre”.

Na primeira injunção formulada na sequência discursiva 1 (“Junte-se a nós”), o sujeito é interpelado a juntar-se a um “nós” que é equívoco. Questionamo-nos sobre a quem esse pronome se refere e, observando o restante da sequência, compreendemos que o “nós” poderia ser parafraseado como:

- (1) os “admiradores” da língua;
- (2) os que “cuidam” da língua;
- (3) os que falam e escrevem “corretamente”.

A possibilidade de paráfrase do pronome “nós” como (1), (2) e (3) se dá pela compreensão de que

a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a “matriz do sentido”. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito. (FUCHS; PÊCHEUX, 2010, p. 166-167).

Há na paráfrase um processo de regularização de sentidos, efeito da inscrição da sequência em uma ou outra formação discursiva. Ainda segundo os autores, é pela inscrição da sequência numa formação discursiva que se explica a possibilidade da sequência ter vários sentidos.

Na família parafrástica que analisamos, o sentido de ser “admirador da língua” desliza para “cuidar” da língua, que desliza para falar e escrever “corretamente”, filiando os sentidos para admirador à perspectiva do purismo linguístico, definido por Camara Jr. (2009) como

uma atitude de **extremado respeito às formas linguísticas consagradas pela tradição do idioma**, que muitas vezes se assume na língua literária; **a língua é considerada à maneira de uma água cristalina e pura, que não deve ser contaminada**, daí a hostilidade aos estrangeirismos, aos neologismos e a todas as formas linguísticas não autorizadas pelo uso literário tradicional. Essa atitude, adotada rigidamente, cerceia a capacidade expressiva. (CAMARA JR., 2009, p. 202, grifos nossos).

O purismo linguístico se sustenta no que Orlandi (2009a, p. 18) denomina como língua imaginária, a língua normatizada, conformada nos instrumentos linguísticos. As “formas linguísticas consagradas pela tradição do idioma” são encontradas nas gramáticas normativas, dicionários e outros instrumentos linguísticos. Não há espaço, nessa perspectiva, para as “formas linguísticas” diferentes do padrão estabelecido pela “tradição do idioma”. A língua fluida é significada como aquilo que “contamina” a língua. Ser “admirador” é estar interpelado pela discursividade da língua imaginária. Essa mesma discursividade que interpela os sujeitos em “admiradores” da língua significa as diferenças linguísticas como “contaminação”.

Relacionando a sequência discursiva 1 com a definição de purismo linguístico formulada por Camara Jr. (2009, p. 202), temos os seguintes efeitos de sentidos:

(1) **Admiradores** da Língua Portuguesa



(2) **Aqueles que não contaminam** a Língua Portuguesa

Em (1) e em (2) funciona o imaginário de unidade linguística em que há um recobrimento da língua fluida pela língua imaginária. Nesse imaginário, a língua fluida é reduzida à língua gramatizada, a norma padrão “da” Língua Portuguesa, inscrevendo o dizer no purismo linguístico, que define para os falantes o que é “correto”.

Dessa forma, em (1) temos os que “cuidam” da língua, falam e escrevem “corretamente”, sem “contaminar” a língua. Os “contaminadores” são os que não “cuidam” da língua, os que não falam e nem escrevem “corretamente”. O “correto”, na perspectiva purista a que os sentidos de (1) e (2) estão filiados, é o que está gramatizado, a norma, e tudo o que foge à norma é “contaminação” da língua. A filiação a esse purismo linguístico, em que se considera necessário preservar os

padrões tradicionais de correção (FERREIRA, 2009, p. 1661), pode ser depreendida, também, na seguinte postagem:

Sequência discursiva 2:

**Figura 4:** Fragmento da obra de Ruy Barbosa

Fonte: Comunidade *Língua Portuguesa*.



A sequência discursiva 2 é um fragmento da obra de Ruy Barbosa, jurista, político, diplomata, escritor, filólogo, tradutor e orador. Ruy Barbosa foi membro fundador e presidente da Academia Brasileira de Letras (1908-1919). O excerto de sua obra é tomado pela comunidade como argumento de autoridade. Essa apropriação do dizer de Ruy Barbosa é conformada pelos sentidos dominantes na comunidade, e funciona legitimando-os pela autoridade que o autor tem no imaginário social brasileiro.

O argumento de autoridade produz um “efeito de antecipação de sentidos” (ORLANDI, 2012a, p. 39) porque mobiliza esse imaginário de Ruy Barbosa como homem letrado, político influente, exímio conhecedor da Língua Portuguesa. Esse imaginário funciona dando sustentação ao discurso purista da comunidade.

A textualização do discurso na comunidade *Língua Portuguesa* produz esse efeito de antecipação e, também, o apagamento da historicidade do excerto, produzindo o efeito de literalidade. Para nós, a literalidade é um efeito discursivo. Esse efeito é historicamente produzido, institucionalizando um sentido dominante (ORLANDI, 2009c, p. 144). A ilusão da literalidade desse fragmento é produzida pelo

apagamento de suas condições de produção. Produz-se a ilusão de que o que está dito foi dito para ser postado na comunidade *Língua Portuguesa*, reforçando os sentidos para a língua que circulam nesse espaço. A análise do funcionamento desse excerto auxilia-nos na compreensão desses sentidos.

Na sequência discursiva 2, formula-se que “um povo, uma nação ou uma raça” são considerados passíveis de “degeneração”. E essa “degeneração” começa pelo “desvirtuamento” da língua. Os sentidos de “degeneração” se filiam ao biologismo. No campo dos estudos da linguagem, o biologismo remonta ao século XIX, quando a preocupação com a ordenação sintática, característica dos estudos do século XVIII, cedeu lugar à preocupação com a genealogia das línguas. Concebendo a língua como organismo vivo, os estudos linguísticos do século XIX se inscreveram no biologismo que, desde o século anterior, vinha pensando as sociedades a exemplo dos “seres vivos” (KRISTEVA, 2003, p. 207). Na perspectiva da ideologia biologista, “um povo, uma nação ou raça” “degenerado” é “um povo, uma nação ou raça” “inferior”. Ideologia que, historicamente, tem sustentado processos políticos de dominação.

Como lemos na sequência discursiva, a “degeneração de um povo, de uma nação ou raça começa pelo desvirtuamento da própria língua”. E o que seria “desvirtuar” a língua? Considerando o que é formulado na sequência 1, “desvirtuar” a língua seria não falar ou escrever “corretamente”. Conforme essa discursividade, a língua perde o valor, o prestígio, é julgada desfavoravelmente se não se fala ou escreve “corretamente”. Retornam sentidos filiados ao discurso purista. A língua que não se conforma ao discurso normativo é desvalorizada, enquanto a língua gramatizada, normatizada tem seu prestígio assegurado.

Funciona na sequência discursiva 2 o imaginário de que a língua é uma e una, devendo ser preservada sua forma para que o “povo, raça ou nação” a que a língua “pertence” não se “degenere”. Esse imaginário filia-se ao discurso purista, concebendo a língua como “água cristalina e pura”, como critica Camara Jr. (2009, p. 202), língua que não pode ser contaminada pelas formas linguísticas desaprovadas pela norma gramatizada. Esse discurso caracteriza-se como discurso pedagógico, classificado por Orlandi (2009c) como autoritário. Em nosso material de análise, esse discurso aparece como o discurso do poder, aquele que cria a noção de erro (forma linguística não aprovada pela norma), repetindo-se o sentido de unidade

linguística que significa a diferença como “contaminação” da língua. É esse o discurso dominante na constituição da comunidade *Língua Portuguesa*.

A comunidade é efeito da inscrição dos sujeitos nessas formações discursivas e ideológicas. Como formula Dias (2011, p. 39), “ao filiar-se a uma comunidade, o sujeito filia-se a determinados sentidos” que se constituem historicamente na/pela língua. Dessa forma, é pelo trabalho da ideologia que o sujeito e a comunidade se constituem.

### 3 IMAGINÁRIO DA CORREÇÃO LINGUÍSTICA

Como apontamos no capítulo anterior, em nosso gesto de interpretação do arquivo que construímos, depreendemos a inscrição das postagens em diferentes imaginários. Dentre eles, o imaginário da qualidade da correção linguística. Depreendemos nas postagens uma regularidade que inscreve o discurso da comunidade no imaginário da correção linguística. Esse imaginário é constituído por diferentes discursividades, tais como a imaginária deficiência do Português brasileiro, o recobrimento da oralidade pela escrita, alimentando a ideia de que há um modo de falar e escrever corretamente, e a evidência da metalinguagem.

Há, nessas discursividades, uma regularidade: a escrita recobre a língua, como se a língua fosse somente o que está escrito, regularizado nas gramáticas e dicionários. Esse é um efeito do processo de gramatização. Entendemos gramatização como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 2009, p. 65, grifos do autor). No caso do Brasil, a gramatização do Português a partir de uma posição discursiva brasileira legitimou uma escrita identificada com a nação brasileira (ORLANDI, 2002a, p. 231). Ao mesmo tempo em que entrou em funcionamento o processo de gramatização, deu-se também o processo pelo qual se estabeleceu uma escritura literária específica brasileira (Ibidem, loc. cit.). Foi na articulação desses processos que se constituiu uma língua nacional brasileira diferente da língua do colonizador. Como no Brasil se fala um Português diferente, os processos de escrita também são diferentes.

Mesmo com a gramatização brasileira, processo que deu visibilidade à diferença entre as escritas do Brasil e de Portugal, há sentidos para a Língua Portuguesa escrita e falada no Brasil que se inscrevem no imaginário da correção linguística engendrado pelo processo de colonização. Depreendemos esses sentidos em funcionamento em nosso material de análise:

Sequência discursiva 3:

(comentário de um português) – É exactamente isto que **o Brasil impôs a Portuga[I], desvirtuar a sua própria língua**. Deixarmos de

falar o **português correcto** e passarmos a falar **uma língua que alem de mal escrita não faz sentido algum. Salvem a Língua Portuguesa Mãe, verdadeira e única. Fora com o acordo.** (grifos nossos).

Nessa sequência discursiva 3, o Brasil é significado como o causador do “desvirtuamento” da língua de Portugal, a “Língua Portuguesa Mãe”. Formula-se que há uma “língua-mãe”, reinscrevendo o discurso biologista do século XIX na discursividade da comunidade. Nesse discurso biologista funciona a concepção evolucionista, historicista, segundo a qual era necessário abranger os conjuntos estudados com um só olhar, colocando-os em linha ascendente (KRISTEVA, 2003, p. 197). No século XIX, os estudos da linguagem, tomados pela ideologia evolucionista, pretendiam demonstrar que a linguagem também tinha uma evolução (Ibidem, p. 198-199). A sociedade, nesse período, era “pensada a partir do modelo da linguagem vista como uma linha evolutiva; melhor ainda, a partir do modelo da *evolução fonética*” (Ibidem, loc. cit., grifos da autora).

Neste contexto, nasceu e se desenvolveu a linguística comparada e a linguística histórica, propondo uma visão genealógica das línguas, que estabelece a ascendência das línguas, agrupando-as em famílias, perspectiva de estudos que toma o lugar da ordenação sintática dos gramáticos do século XVIII (Ibidem, loc. cit.). É essa visão genealógica das línguas que se reinscreve na discursividade da comunidade pela formulação “Língua Portuguesa Mãe”. Por essa visão, à qual se filia a sequência discursiva 3, as línguas do Brasil descendem da “Língua Portuguesa Mãe”, que teria sua origem em Portugal.

A respeito da questão da origem, Silva Sobrinho (2011, p. 114), analisando o artefato “As grandes famílias lingüísticas do mundo”, do Museu da Língua Portuguesa, afirma que definir a ascendência de uma língua é uma questão de política linguística, uma questão de Estado. De acordo com o autor, agrupar as línguas que se afirmavam nacionais em famílias “estabelecendo-lhes, pela descrição da evolução de suas formas, uma origem já legitimada, teve como um de seus efeitos o apagamento de várias outras línguas faladas na Europa” (Ibidem, loc. cit.).

Em nosso trabalho, consideramos que, na sequência discursiva analisada, agrupar a língua nacional do Brasil na família que descende da “Língua Portuguesa Mãe” provoca o apagamento das diferenças linguísticas e históricas existentes entre

Brasil e Portugal, reafirmando a formação discursiva eurocêntrica das “descobertas”.

É interessante observar, ainda, na sequência discursiva 3, a relação de sentidos da formulação “Salvem a Língua Portuguesa” com a perspectiva purista inscrita nessa formação discursiva das descobertas. As mudanças da língua, as formas linguísticas não legitimadas pela gramática normativa portuguesa são significadas como ruína ou perigo. “Salvar” a língua é conservar, guardar, manter, defender, preservar, sua imaginária forma original. Na sequência discursiva 3, a língua que deve ser “mantida”, “conservada”, “preservada” é a Língua Portuguesa de Portugal, enquanto a “ruína” ou “perigo” são as mudanças linguísticas que “o Brasil impôs a Portugal”.

Na sequência discursiva 3, as diferenças linguísticas são significadas como deficiência, como depreendemos do verbo utilizado para descrever o que o Brasil fez com a língua gramatizada de Portugal: o Brasil “desvirtua” a própria língua. Como analisamos na sequência discursiva 2, “desvirtuar” é fazer com que a língua perca o valor, o prestígio, sua imaginária “forma original”. O padrão linguístico estabelecido por Portugal não permite o aparecimento de formas linguísticas diferentes, elas são significadas como “desvirtuamento” da língua. Esses sentidos para a língua vêm da perspectiva purista, que pretende uma língua regular, perfeita, pura, que se manteria dessa forma pela gramatização, pela representação escrita da língua.

Como sabemos, nos séculos XVI e XVII a expansão territorial de Portugal levou, também, a uma expansão linguística,

fruto de uma ideologia de legitimação nacional que se dá tanto em termos de uma política linguística interna à nação portuguesa quanto relativamente ao conjunto de outras línguas também gramatizadas, ensináveis e traduzíveis [ou seja, em relação às demais línguas europeias]. (MARIANI, 2008a, p. 25).

Portugal promoveu a imposição da Língua Portuguesa sobre as demais línguas existentes no Brasil. Dentre outros fatores, é pela existência de uma gramática normativa que se enuncia, na sequência discursiva 3, que há um “português correcto”.

Conforme essa discursividade da sequência discursiva analisada, há um “português correcto”, aquele legitimado pela gramática normativa portuguesa, que é “desvirtuado” pelas línguas faladas no Brasil. Nesse imaginário, há somente uma Língua Portuguesa, “verdadeira e única”, que deve ser “salva”. As demais são cópias

deficitárias, que “desvirtuam” a língua. Essa discursividade é efeito da colonização. Não só as línguas dos colonizados eram deficitárias na visão do colonizador, mas também seu modo de viver, sua organização e suas crenças. Era preciso moldar os colonizados de acordo com os parâmetros europeus. Conforme nos explica Mariani (Ibidem, p. 26), para Portugal, durante o processo de colonização,

o exercício de uma política unitária de imposição da língua portuguesa representava a possibilidade de domesticação e absorção das diferenças de povos e culturas indígenas que se encontravam fora dos parâmetros do que se entendia como civilização na época.

No caso do Brasil, impôs-se sobre as línguas indígenas a língua do conquistador, com a memória do português cristão. Essa língua “supõe, ainda que imaginariamente, um entendimento entre o rei e seus súditos” (Ibidem, loc. cit.), apagando as diferenças linguísticas, socioculturais e religiosas. Pela imposição da língua, de uma estrutura jurídico-administrativa e de uma religião é que os indígenas foram civilizados pelos europeus, para

incluir-los [os índios] nos moldes da civilização europeia, provendo aquilo que supostamente estaria faltando para esta inclusão: uma estrutura jurídico-administrativa, uma autoridade governamental e uma religião. (Ibidem, p. 27).

Desse modo, acreditamos que é pelos sentidos que se constituíram para o índio que o colonizador apagou o índio, na ilusão de moldá-lo pela memória do português cristão. Depreendemos do apagamento das diferenças um preconceito dos europeus em relação às formas linguísticas em funcionamento no Brasil, sua estrutura administrativa e sua religiosidade. Concordamos com a definição de Orlandi, em que a autora explica que o preconceito é

uma discursividade que circula sem sustentação em condições reais, e fortemente mantida por relações imaginárias atravessadas por um poder dizer que apaga (silencia) sentidos e razões da própria natureza de significar. (ORLANDI, 2002a, p. 197).

Por se manter o imaginário de que o modo como os colonizados viviam estava fora do que se considerava uma civilização, na visão europeia, o colonizador impunha os moldes da civilização europeia aos colonizados, apagando suas diferenças históricas.

Esse imaginário que reprova o modo de vida e as línguas dos índios colonizados, e aceita o modo de vida e as formas linguísticas dos portugueses, continuou em funcionamento nos séculos posteriores à colonização, como vemos no estudo de Mariani (2008a). No século XVI, segundo Mariani (Ibidem, p. 27), os cronistas que descreviam as línguas faladas no Brasil seguiam a “ideologia linguística eurocêntrica que projetava nas línguas desconhecidas as precariedades sociais e religiosas atribuídas aos índios”, estabelecendo relação com o enunciado “sem lei, sem rei, sem Deus”. Esse enunciado, tomado pela autora como inaugural, tanto possibilita a naturalização do sentido de falta para as línguas indígenas e os sujeitos que as falam, reforçando o imaginário de deficiência linguística, quanto justifica a ideologia da superioridade da língua do colonizador.

Esse imaginário funcionou também nos “processos histórico-linguageiros em que contraditoriamente jogam o mesmo e o diferente na língua falada no Brasil” (Ibidem, p. 32) no século XIX, em que “politicamente se configuram três regiões de significação, marcados por lugares enunciativos conflitantes em termos de autoridade simbólica sobre a língua” (Ibidem, loc. cit.). O primeiro desses processos é o da lei; o segundo se refere a alguns filólogos, gramáticos e historiadores; e o terceiro é de literatos (Ibidem, loc. cit.). Os gramáticos são os principais defensores da unidade linguística nessa época.

Segundo Mariani (Ibidem, p. 32-33), alguns gramáticos portugueses se referiam às línguas faladas no Brasil apontando-as como desvio ao “bom Português”. A autora afirma, ainda, que estes gramáticos falavam “de um lugar preconceituoso que mantém uma tradição, a memória de uma determinada significação constitutiva do passado da colônia” (Ibidem, p. 33). É nessa memória que o Português do Brasil é significado como “deficiente” em relação ao “Português correcto” de Portugal, como se formula na sequência discursiva 3.

Na sequência discursiva 3, compreendemos que há a reinscrição desse imaginário de deficiência do Português brasileiro, na formulação de que no Brasil se “fala uma língua que além de mal escrita não faz sentido algum”. Nessa discursividade, é a língua gramatizada de Portugal que é “correta”, bem escrita e faz sentido, sendo considerada superior às línguas faladas no Brasil. Ressonâncias do discurso da descoberta identificado por Orlandi (2008).

É oportuno dizermos que, neste trabalho, utilizamos a noção de “ressonância” tal como é desenvolvida por Serrani (1997). A autora compreende que, no fenômeno

parafrástico, há um “efeito de vibração semântica mútua” (Ibidem, p. 47). Esse efeito é denominado pela pesquisadora como “ressonância de significação” (Ibidem, loc. cit.), efeitos de sentidos produzidos pela repetição da memória discursiva.

Dito isso, compreendemos que na formulação “Salvem a Língua Portuguesa Mãe, verdadeira e única” ressoam sentidos que se filiam ao purismo linguístico engendrado pelo discurso colonizador da descoberta. A posição discursiva colonizadora, eurocêntrica, desconsidera as diferenças historicamente constituídas entre as línguas de Portugal e do Brasil. Nessa posição discursiva, o acordo ortográfico da Língua Portuguesa<sup>1</sup>, na medida em que legitima algumas destas diferenças, é rechaçado: “Fora com o acordo”.

Depreendemos, portanto, na sequência discursiva 3, sentidos que se filiam ao preconceito linguístico, que qualifica a língua gramatizada de Portugal como “correta” e desqualifica as demais formas linguísticas, como as do Brasil, caracterizando-as como “desvirtuamento” dessa língua gramatizada. Esse preconceito constitui o imaginário da correção pela inscrição da discursividade na formação discursiva do colonizador, que qualifica a língua e seus falantes a partir da gramática normativa portuguesa. Como Orlandi (2002a, p. 199) esclarece,

As sociedades com suas instituições são regidas por normas. A questão é que, na diferença real existente entre os sujeitos de uma sociedade (não esqueçamos que há uma unidade imaginária e uma diversidade concreta real), constituem-se hierarquizações, atribuições de valores, criando-se preconceitos e processos de exclusão, pela maneira como as diferenças são significadas em um imaginário social discricionário. Pela maneira também como são teorizadas. E é aí que a língua não é uma exceção, aquilo que é norma passa a ser um divisor que qualifica ou desqualifica os cidadãos, dando-lhes lugar ou excluindo-os da convivência social qualificada.

Numa sociedade fortemente hierarquizada como a nossa, as diferenças são significadas como “desvirtuamento”. Apagam-se as diferenças concretas entre os sujeitos, buscando uma homogeneização a partir da norma. No caso da língua, a norma linguística constituída na sociedade qualifica a língua gramatizada, e, por

---

<sup>1</sup> O acordo ortográfico foi debatido por representantes da Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Portugal e de São Tomé e Príncipe e seu texto foi aprovado em Lisboa, em 12 de outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné -Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com a adesão da delegação de observadores da Galiza. Seu objetivo é garantir a expansão da Língua Portuguesa no cenário Internacional. (Fonte: site da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

consequente, os cidadãos que a utilizam. Por outro lado, a norma desqualifica as diferenças linguísticas, significando as línguas que estão em desacordo com a gramática normativa como regionalismo, dialeto, “erro”, etc.

Neste sentido, os falantes brasileiros são desqualificados na relação com Portugal. As diferenças linguísticas são significadas como deficiência, como “desvirtuamentos” da língua, que fogem ao “Português correcto”. Desqualifica-se, pelo imaginário de que há uma deficiência linguística brasileira, o falante brasileiro como cidadão que fala a Língua Portuguesa. O lugar do falante brasileiro é o lugar da falta, do sem-sentido, enquanto o lugar do falante português é o lugar do padrão culto da tradição, da correção. Deprendemos a reinscrição dessa discursividade purista da correção linguística em outras postagens da comunidade *Língua Portuguesa*, como na seguinte sequência discursiva:

Sequência discursiva 4:

**Figura 5:** Fragmento da obra de Renato Russo.

Fonte: Comunidade *Língua Portuguesa*.



Na sequência discursiva 4, um excerto da música “Meninos e meninas” (Distrito Federal, Estúdio Emi, 1989), composta por Renato Russo, produz-se uma desregulação de sentidos já cristalizados. Em “acho que o imperfeito não participa do passado” produzem-se sentidos que se deslocam da discursividade da gramática normativa, segundo a qual um dos tempos verbais é o “pretérito imperfeito”. O “imperfeito”, na gramática normativa, “participa do passado”. Esse é o sentido estabilizado, regularizado pela metaliguação. O jogo intertextual na canção produz uma desestabilização desse sentido.

A textualização do discurso na comunidade se apropria apenas do trecho da canção no qual ocorre o jogo intertextual com a metalinguagem gramatical, inscrevendo a canção na discursividade purista sobre a língua. Essa inscrição produz deslocamento de sentidos do campo semântico relativo às relações intersubjetivas, sentidos produzidos quando a canção é tomada na perspectiva de sua historicidade, para o campo semântico relativo à correção linguística. O jogo intertextual na canção não deixa, contudo, de reverberar sentidos outros.

Essa forma de apropriação do dizer do outro pela fragmentação caracteriza o modo de funcionamento do espaço discursivo virtual Facebook. Nesse espaço funciona uma memória metálica, que tende a reduzir o saber discursivo a informações sem historicidade (ORLANDI, 2012c, p. 15-16), o que, a nosso ver, potencializa a possibilidade do equívoco. Por esse funcionamento, apagam-se as condições de produção do discurso, apagam-se aspectos de sua historicidade, produzindo a ilusão de que o artista escreveu uma postagem sobre a língua na comunidade *Língua Portuguesa*, ou seja, de que o fragmento foi escrito para ser postado na comunidade. Produz-se, portanto, um deslocamento na própria autoria. Quando tratamos de apagamento, lembramos o pensamento teórico de Courtine (1999, p. 22), que ao tecer uma série de reflexões a partir de uma anedota que abre o livro de Milan Kundera, conclui que memória e esquecimento são indissociáveis. Concordamos com a compreensão do autor de que mesmo o que é apagado continua funcionando no processo de significação. Na sequência discursiva 4, o que é apagado continua funcionando pelo equívoco no primeiro período do fragmento da canção: “Eu canto em português errado”, visto que o determinante “errado” tanto pode estar relacionado a “eu” quanto “canto”, quanto a “português”.

O equívoco é fortemente discutido por Ferreira (1994). A autora analisa as questões que tratam da ambiguidade e do equívoco da língua, numa área fronteira entre a sintaxe e o discurso. Para a autora, o equívoco está entre os fatos da língua. Na perspectiva adotada, a língua “aceita transgressões, é capaz de contradições, de deslocamentos, escapa a uma estruturação lógico-matemática categórica” (FERREIRA, 1994, p. 18), se constitui por modos de resistência. Um dos modos de resistência é o equívoco, que, segundo a pesquisadora, levaria sobre os outros fatos da língua algumas vantagens,

entre elas, o de ser um caso-limite na ordem significante da língua, por estar na fronteira entre ela e o seu real. Por meio do equívoco vai se chegar a um ponto de união entre os dois caminhos referidos para um trabalho em AD [Análise de Discurso]. Vai ser por aí que a **língua** (ou melhor, a **alíngua** e o impossível contido nela) encontrará a **história** (a contradição). (Ibidem, loc. cit., grifos da autora).

Sendo o ponto de união da língua e o seu real, o equívoco é o lugar em que o impossível da língua é significado na história. É nesse ponto que é possível romper o fio do discurso, “fazer e desfazer sentidos” (Ibidem, p. 134). Por essa via é que compreendemos que os sentidos não estão fixados nas palavras. Por essa perspectiva, a língua não pode ser considerada como sistema fechado, homogêneo. Ela também está sujeita a falhas onde “os sentidos se permitem deslizar, ficar à deriva” (Idem, 2003, p. 43). Como fato da língua ligado à desregulação de sentidos, o equívoco já era vislumbrado por Pêcheux (2012, p. 53), que compreendia que todo enunciado pode tornar-se outro, deslocar-se discursivamente de seu sentido. No caso da sequência discursiva 4, ligar o determinante “errado” a “eu”, “canto” ou “português” produz sentidos diferentes em cada um dos casos, porque inscreve o dizer em diferentes discursividades. Assim, temos as seguintes reformulações que expõem o jogo do discurso na sintaxe produzindo derivas:

- (1) Eu canto em **português errado**.
- (1') **Eu sou errado** e canto em português.
- (1'') Eu **canto errado** em português.
- (1''') Eu canto em português e **meu português é errado**.

Das três possibilidades de reformulação, somente (1''') inscreve (1) na discursividade purista da comunidade, apagando as possibilidades de realização de (1') e (1''). Somente dividindo (1) em duas orações é que o adjetivo “errado” predica extensionalmente o nome “português”. Apenas em (1''') cantar em “português errado” inscreve o sentido de que existe uma classe de português “correto” e uma classe de português “errado”. O português “correto” é a variedade de prestígio da língua. Essa discursividade remete tanto à relação de uma variedade linguística desprestigiada pela tradição gramatical com a língua gramatizada, quanto à relação de diferentes variedades linguísticas entre si.

Um estudo que discute especialmente essa última relação é o trabalho de

Cox (2008). A autora, num estudo do valor dado ao falar cuiabano, retoma aspectos da história dessa variedade linguística, ajudando a compreender sua mudança a partir dos anos de 1950, quando se iniciou a nova colonização de Mato Grosso. Mobilizando a noção de mercado linguístico proposto por Pierre Bourdieu, a pesquisadora compreende que há, nesse processo de colonização, um apagamento do falar cuiabano em favor dos falares dos “colonizadores”. Esses “colonizadores” advêm principalmente das regiões sul e sudeste do Brasil, chegando a Cuiabá nas décadas de 1950, 1960 e 1970, levados pelo sonho de construção de Brasília durante o governo de Juscelino Kubitschek, “seduzidos pelas políticas públicas de incentivo ao povoamento do Brasil Central e da Amazônia e encorajados pela pavimentação das rodovias BR-163 e BR-364” (Ibidem, p. 22), que ligariam Cuiabá aos grandes centros do país.

Esse novo processo de colonização é marcado pelas relações de forças no interior do mercado linguístico cuiabano. Como dissemos anteriormente, a noção de mercado linguístico é emprestada de Bourdieu, que acredita funcionar em toda situação linguística um mercado, no qual os interlocutores expõem e comercializam seus produtos, que, por sua vez, resultam de um cálculo antecipado de seu valor (Ibidem, p. 28). O que define o “mercado linguístico é a existência de interlocutores capazes de avaliar a performance de um falante, apreciá-la e atribuir-lhe um valor” (Ibidem, p. 30). Normalmente, os interlocutores que tiveram desde cedo contato com a língua de maior prestígio dominam o mercado linguístico porque falam “corretamente”. A hierarquização das diferenças linguísticas está, via de regra, ligada às diferenças socioeconômicas dos falantes (Ibidem, p. 33). De acordo com Cox (Ibidem, loc. cit.), essa divisão em variedades de prestígio e variedades estigmatizadas ocorre pelo poder maior ou menor dos falantes. No caso que a autora analisa, os “colonizadores” do sul e sudeste “se representam e apresentam diante dos outros brasileiros como a parte esclarecida e desenvolvida da nação” (Ibidem, p. 33-34), significando as diferenças do mato-grossense nativo como falta, atraso. Isso faz o mato-grossense sentir vergonha em relação à sua língua, escondendo seu modo de falar, passando a desejar corrigi-lo e trocá-lo pelas variedades de prestígio (Ibidem, p. 36).

A inferiorização do modo de falar em relação a outras variedades faz com que o indivíduo, interpelado pela ideologia de que seu modo de falar é “errado”, troque essa variedade pelas variedades de prestígio. Em (1’”), a variedade linguística

utilizada é significada como “errada”, em oposição à variedade “correta”, de prestígio, significado que se inscreve na discursividade pelo funcionamento do imaginário da correção linguística.

Esse imaginário constitui-se, dentre outros fatores, pela história da colonização. Constituem a memória da colonização sentidos relacionados ao preconceito linguístico de que o brasileiro fala um “português errado”. Mariani (2008a) discute o conceito de preconceito linguístico e analisa o modo como os falantes da Língua Portuguesa, no Brasil, introjetam que não sabem falar “certo”. Em seu trabalho ela retoma a história do conceito de preconceito e considera absurdo um falante afirmar que não sabe sua língua materna. A autora compreende que a evidência da unidade linguística é constituída historicamente por uma tradição que representa a língua nacional a partir da língua do colonizador (Ibidem, p. 33-34).

Essa representação da língua nacional pode ser depreendida no fragmento “o imperfeito não participa do passado” (sequência discursiva 4). Tomado na textualização do discurso na comunidade, esse fragmento se relaciona ao que analisamos na sequência discursiva 3. Conforme a discursividade da comunidade, considerando que a língua de Portugal é a “Língua Portuguesa Mãe, verdadeira e única” e que sua descendente, a língua nacional do Brasil “impôs” àquela um “desvirtuamento”, mediante o Acordo Ortográfico, pode-se dizer que o “imperfeito” relaciona-se ao “desvirtuamento” da língua pelo estabelecimento do Acordo Ortográfico. Esse “imperfeito” não existia na “origem”, na “língua-mãe”, logo, ele “não participa do passado” da língua. Por essa interpretação desse fragmento, compreende-se que, segundo a discursividade que se inscreve na comunidade, em sua “origem”, em seu “passado”, a Língua Portuguesa era perfeita, correta, não havia os “desvirtuamentos” impostos pelo Brasil. Trata-se de um julgamento de valores sustentado no preconceito linguístico analisado por Mariani (Ibidem). O “perfeito”, o “correto” é o que foi imposto a nós no “passado”, na época da colonização, enquanto o “imperfeito”, o “incorreto”, o “desvirtuamento” é o que “impomos” hoje a Portugal.

Pelo apagamento da historicidade da canção no modo como ela é fragmentada, na sequência discursiva 4, produzem-se sentidos para a relação com a língua gramatizada. Relaciona-se o “português errado” à “troca” de pessoas e pronomes. Por essa compreensão, a língua gramatizada é a “correta”. “Pessoas” e “pronomes”, assim como “imperfeito” e “passado” só têm os sentidos de categorias

gramaticais porque a canção é fragmentada de modo a poder integrar a discursividade purista da comunidade *Língua Portuguesa*.

O processo de gramatização é constitutivo desse imaginário linguístico que observamos. No caso do Brasil, o processo de gramatização da Língua Portuguesa se inicia no segundo período da história do conhecimento linguístico no Brasil proposto por Guimarães (1994; 1996). Para Guimarães (1996, p. 128) esse segundo momento foi de meados do século XIX até fins dos anos 30. Foi nesse período que se iniciaram os estudos do português no Brasil, sendo construídos dicionários e gramáticas que levaram em conta a Língua Portuguesa falada no Brasil. Para o autor, a gramatização da Língua Portuguesa, para o Brasil, “surge como um procedimento de independência de Portugal” (Ibidem, p. 136).

Neste período há muitos “estudos que visam mostrar uma especificidade do Português do Brasil em oposição ao Português de Portugal” e outros estudos que visam “defender a unidade lingüística Portugal/Brasil” (Ibidem, p. 134). Produz-se, conforme o autor, na gramatização brasileira do Português, um efeito imaginário contraditório “de que **no Brasil não se fala corretamente**. De um lado, a ‘independência’, de outro a inferioridade como efeito ideológico da relação do brasileiro com a língua que fala e/ou escreve” (Ibidem, p. 137, grifos nossos).

Esse efeito imaginário de que no Brasil não se fala corretamente, bem como o recobrimento da língua pela escrita, podem ser depreendidos na sequência discursiva que segue:

Sequência discursiva 5:

### Figura 6: Correção

Fonte: Comunidade *Língua Portuguesa*.



[Descrição da postagem]

Mandam fazer uma placa tão bonitinha, **mas** por que não procuram saber **a forma correta** antes de **escrever**? (grifos nossos).

Na descrição da postagem, formula-se que há uma “forma correta” de escrever. O “operador argumentativo” (GUIMARÃES, 2007) “mas” encaminha a argumentação para a conclusão de que, como a “placa tão bonitinha” não está escrita de acordo com a “forma correta”, então ela é feia. Segundo Guimarães (Ibidem, p. 25), “orientar argumentativamente com um enunciado X é apresentar seu conteúdo A como devendo conduzir o interlocutor a concluir C (também um conteúdo)”. Assim, de acordo com o autor, apresentar A é dar motivo para se acreditar em C. Na sequência discursiva 5, o operador argumentativo “mas”, discursivamente, inscreve o sentido de que escrever na “forma correta” é condição para que uma placa seja “bonitinha”. Logo, o que não estiver escrito na “forma correta” é feio.

Notamos, ainda, que “forma correta de escrever” funciona na discursividade da comunidade como um pré-construído. Sobre este conceito, Pêcheux (2009, p. 89) retoma a formulação proposta por Paul Henry de que o pré-construído designaria “o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”. Pêcheux (Ibidem, p. 149) compreende que o pré-construído é materialmente determinado na estrutura do interdiscurso, funcionando neste como aquilo que fala “antes, em outro lugar e independentemente”. Para o autor, o pré-construído

remete simultaneamente “àquilo que todo mundo sabe”, isto é, aos conteúdos de pensamento do “sujeito universal” suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma “situação” dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do “contexto situacional”. (Ibidem, p. 158-159).

Daí afirmarmos o funcionamento da “forma correta de escrever” como pré-construído, “aquilo que todo mundo sabe”. Na sequência discursiva 5 não é dispensado um tempo para explicar o que se entende por “forma correta de escrever”, supondo-se que “todo mundo sabe” qual é a “forma correta”.

Para compreendermos de que se trata “a forma correta”, relacionamos a descrição com a postagem, a Figura 6, na qual são corrigidas questões de ortografia

e pontuação, como a escrita da forma verbal “insistir” e questões de escrita como o uso da crase, da vírgula, o modo de escrever as horas. E tudo isso sob a injunção do imaginário de correção linguística: “Correção!”.

Para Mariani (2008a, p. 23), a internalização da crença de que há um modo de falar e escrever corretamente a língua é possível “em função de uma tradição legitimadora – na qual se dá um apagamento da historicidade que a constitui – de uma determinada forma de falar em detrimento de outra” (Ibidem, loc. cit.). As formas de falar e escrever em desacordo com a gramatização normativa são julgadas como “desvirtuamentos” da língua e apagadas.

A sociedade ocidental urbana contemporânea está estruturada pela escrita, e é no espaço da cidade que “o indivíduo deve tornar-se sujeito-cidadão (sujeito-cristão) pela apropriação e domínio diferenciado da escrita – um objeto histórico e simbólico – e de uma língua imaginária que a partir daí se constrói” (SILVA, 1999, p. 26). Essa língua imaginária rege a relação com a escrita. É a língua imaginária, construída pela escrita na gramática normativa e no dicionário, que define o “correto”, o padrão, a norma legitimada, conferindo unidade imaginária à língua.

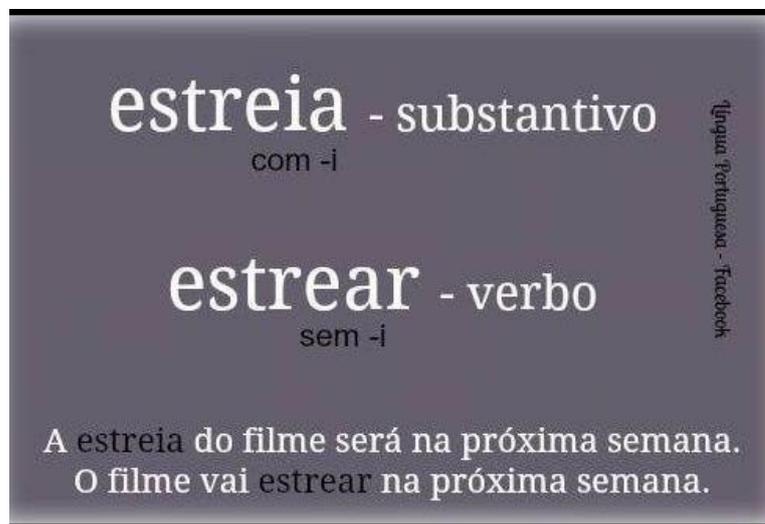
A palavra “correção” aparece na Figura 6 em letras maiores e com um ponto de exclamação. Essa ação de “corrigir” ou interpelar à “correção” inscreve-se num discurso pedagógico. Compreendemos que o discurso pedagógico é um discurso autoritário, que contém a polissemia, como dissemos anteriormente. Esse discurso não tem neutralidade e, segundo Orlandi (2009c, p. 29), “se dissimula como transmissor de informação, e faz isso caracterizando essa informação sob a rubrica da cientificidade”, que se estabelece em dois aspectos: “a meta-linguagem e a apropriação do cientista feita pelo professor” (Ibidem, p. 30). O estabelecimento da cientificidade se dá opondo-se o saber ao senso comum, procurando “absolutizar um sentido só, de tal maneira que ele não se torne apenas o dominante, mas o único” (Ibidem, p. 163). É esse aspecto que inscreve o discurso pedagógico (autoritário) no imaginário da correção que identificamos na comunidade *Língua Portuguesa*.

No arquivo com o qual trabalhamos, depreendemos o discurso pedagógico em outras postagens nas quais, pela metalinguagem, confere-se cientificidade ao discurso produzido, como na seguinte sequência discursiva:

Sequência discursiva 6:

**Figura 7:** Estreia – Estrear

Fonte: Comunidade *Língua Portuguesa*.



Na sequência discursiva 6, coloca-se a diferença metalinguística entre “estreia” e “estrear” como evidente, numa linguagem que, conforme característica do discurso pedagógico identificada por Orlandi (2009c, p. 30),

dilui seu objeto ao mesmo tempo em que se cristaliza como metalinguagem: as definições são rígidas, há cortes polissêmicos, encadeamentos automatizados que levam a conclusões exclusivas.

Neste caso, definindo “estreia” como substantivo e “estrear” como verbo, “fixam-se as definições e excluem-se os fatos” (Ibidem, loc. cit.). Nas práticas linguageiras de falantes brasileiros da Língua Portuguesa, as formas linguísticas “estrea” e “estreia” são empregadas tanto como substantivo quanto como verbo. É recorrente o processo fonológico de inserção de semivogal para separar a sequência de duas vogais, sentidas como estranhas em relação à estrutura fonotática da Língua Portuguesa. Este é um fato de linguagem que a explicação metalinguística formulada na sequência discursiva exclui.

Definir a classe gramatical de “estreia” e “estrear” com base apenas na escrita (presença ou ausência da letra “i”), e exemplificar o emprego dessas palavras em uma frase, produz também o efeito de que o falante saberá estruturar outras frases de acordo com a explicação e exemplos. A ausência das definições do que é um substantivo e do que é um verbo produzem a evidência do discurso metalinguístico.

Funciona o imaginário de que todo mundo sabe o que é um substantivo e o que é um verbo.

Orlandi (Ibidem, loc. cit.) explica que, ao se cristalizar em metalinguagem, o discurso pedagógico da prática escolar compreende que “as questões não são verdadeiras ou falsas, pois a apresentação das razões em torno do referente se reduz ao é-porque-é”. Não se apresenta razão para “estreia” ser substantivo “com i” e “estrear” ser verbo “sem i”. É assim que é, e pronto. É assim que a metalinguagem funciona no discurso pedagógico, como evidência. Se “é-porque-é”, não se possibilitam outros sentidos e os questionamentos são inúteis.

Essa evidência da metalinguagem, bem como a evidência das classificações e dos sentidos, é produzida pelo imaginário linguístico. Sendo constituído no espaço de reformulação-paráfrase característico de uma formação discursiva (PÊCHEUX, 2009, p. 165), o imaginário linguístico produz evidências. Segundo Pêcheux (Ibidem, p. 146, grifos do autor), é a ideologia que fornece as

evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

Assim, no funcionamento do imaginário linguístico, esquece-se que o sujeito e os sentidos são ideologicamente determinados, inscrevendo-se em uma ou outra formação discursiva e toma-se como evidente o sentido das palavras e enunciados, e, no caso que analisamos, toma-se como evidente a classificação gramatical.

É na produção da evidência dos sentidos e das regras da gramática normativa que funciona o imaginário da correção linguística. Toma-se a palavra ou enunciado por ela mesma como se houvesse apenas um sentido possível, o sentido literal, que na verdade é produzido pela história. Nesse imaginário, o sentido literal está ligado ao que está posto na gramática normativa e dicionários, desconsiderando a historicidade dos sentidos. Há uma “forma correta” da língua, que determina o sentido. Desse modo, não se considera, pelo imaginário da correção, a possibilidade de haver outros sentidos, ou se há, são sentidos que “desvirtuam” a língua. Imaginário de unidade linguística, de uma língua pura, sem falhas, que permanece dessa forma “conservada”, “preservada” porque se apagam as mudanças linguísticas, significadas como a “ruína”, a “morte” da língua.

## 4 IMAGINÁRIO DA LUSOFONIA

### 4.1 EFEITOS DE SENTIDOS DA COLONIZAÇÃO

Na história política e social do Brasil, o grito “terra à vista” fundou o discurso da descoberta (ORLANDI, 2008). Por esse discurso, Portugal significou o Brasil e seus habitantes. Por esse discurso se constituíram o sujeito brasileiro, a história brasileira, os sentidos para essa terra. O colonizado trocou sua(s) língua(s) pela língua do colonizador, não de forma voluntária, mas pela imposição do dominante, e também não sem produzir mudanças na língua do colonizador. Mariani (2004) explica os efeitos da colonização como acontecimento discursivo, e define que a

Colonização lingüística resulta de um processo histórico de encontro entre pelo menos dois imaginários lingüísticos, constitutivos de povos culturalmente distintos – línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos desiguais –, em condições de produção tais que uma dessas línguas – chamada de língua colonizadora – visa impor-se sobre a(s) outra(s), colonizada(s). (MARIANI, 2004, p. 28).

A memória da colonização, que se inscreve no imaginário lingüístico da Lusofonia, se constituiu especialmente pela imposição da língua do colonizador sobre a(s) língua(s) dos colonizados, o que implica na imposição de sua memória e formação discursiva. A tensa relação entre colonizador e colonizados fez com que a língua do colonizador, se tornasse a língua oficial da nação, mesmo depois da Independência. E nessa situação de domínio das línguas sob a colonização se aplica a noção de Lusofonia, que “preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização” (ORLANDI, 2007b, p. 18).

Branco (2011), a partir de definições da palavra “Lusofonia” no dicionário Houaiss, na enciclopédia virtual Wikipédia e no portal virtual do governo português, concluiu que Lusofonia significaria

os países (“família”) que têm como língua oficial “a *Língua Portuguesa*”(homogênea) e nos quais essa língua é falada pela “maioria” da população com suas “variações” independentemente das diferentes e variadas diversidades e especificidades nacionais. (BRANCO, 2011, p. 3, grifo da autora).

É esse um dos sentidos de Lusofonia que identificamos em nosso material de análise, constituindo-se por sentidos estabilizados, que remetem a uma unidade

linguística entre Portugal e os países por ele colonizados.

Selecionamos algumas sequências discursivas de nosso arquivo para compreender o funcionamento desse imaginário e os discursos que o constituem. Além da figura que segue, selecionamos a sua descrição na comunidade:

Sequência discursiva 7:



Nesta sequência discursiva, cada país é representado pela imagem de sua bandeira, um signo nacional. Essa representação, que entendemos como efeito do funcionamento do imaginário, desloca a língua, por um efeito metafórico, para o campo dos signos nacionais. A língua é significada como signo nacional. Reinscreve-se, por essa representação, o discurso liberal burguês segundo o qual há uma relação direta entre língua e nação. Essa relação não é direta, é produzida política e ideologicamente no interior das relações de força.

Consideramos que o efeito metafórico é “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (PÊCHEUX, 2010a, p. 96) que nos lembra de que o sentido designado por dois termos se constitui pelo “deslizamento de sentido” entre os dois termos. O autor postula que os sentidos não são dados, explícitos, mas são determinados pelas condições de produção do discurso, inscrevendo, assim, os sentidos na história. Retomando as reflexões de Pêcheux, Orlandi (2012b, p. 24) destaca que é no lugar “em que se produz o deslizamento de sentido enquanto

efeito metafórico pelo qual língua e história se ligam no equívoco (materialmente determinado)” que se define o trabalho da interpretação. Pelo trabalho de interpretação compreende-se que o processo de produção de sentidos é sempre sujeito a deslizos, “há sempre um ‘outro’ possível que constitui o mesmo” (Ibidem, loc. cit.). Podemos dizer, então, que os sentidos são determinados pelo jogo das diferentes formações discursivas que funcionam no dizer.

Na sequência discursiva 7 jogam, ao mesmo tempo, o discurso do nacionalismo linguístico e o discurso colonialista da Lusofonia. Configura-se nessa sequência discursiva uma contradição em que funciona o diferente no mesmo. Unem-se os países pela língua, mas ao representá-los pelas bandeiras, signos nacionais, reinscreve-se, pelo efeito metafórico, a relação entre língua e nação, sendo a língua significada também como signo nacional.

Essa significação da língua como signo nacional é efeito do nacionalismo linguístico, segundo o qual cada nação teria uma língua, ideário liberal burguês de nação que atingiu seu auge no século XIX. No Brasil, o século XIX, época do surgimento da República, caracteriza-se, em relação à língua, pelo período do início de sua gramatização. O processo de gramatização, na relação complexa com o conhecimento sobre a língua produzido à época da colonização, “inaugurou modos de significar tanto o Português de Portugal quanto as diferenças produzidas historicamente no Português do Brasil” (SILVA SOBRINHO, 2008, p. 56).

Por meio da gramatização, como analisa Orlandi (2009b, p. 217), o Brasil estava se desvinculando de sua origem portuguesa. Conforme a autora explica, para se concretizar o ideário de nação, materializando-se a unidade do Estado, a construção da unidade da língua era, entre outras instâncias institucionais, primordial (Ibidem, loc. cit.). Nesse contexto, a gramática é um lugar de representação da unidade e identidade brasileiras (Ibidem, loc. cit.). Desse modo, podemos compreender a gramática como representação escrita de um signo nacional, a língua. Esse sentido para a língua é apreendido pelo efeito metafórico na sequência discursiva 7.

Do mesmo modo, ressoam, na sequência discursiva 7, sentidos inscritos na memória da colonização, em que se compreende que a Lusofonia refere-se a um grupo “**ligado** por uma língua e cultura portuguesas **comuns**, reunido num mesmo espaço geográfico, no qual é falada uma **língua una e mesma**, independente da diversidade linguística que lá exista” (BRANCO, 2011, p. 5, grifos nossos). Nesse

imaginário da Lusofonia, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, apesar de serem representados por bandeiras distintas e ocuparem espaços geográficos diversos, são significados como unidos pela língua do colonizador (Portugal), “una e mesma”. A preposição “pela”, no singular, determina que há apenas uma língua “unindo” esses oito países, inscrevendo essa discursividade no imaginário linguístico da Lusofonia. Como aponta Mariani (2007, p. 84), “há um discurso reiterador de uma unidade lingüística entre Portugal e suas ex-colônias”, marcado pelo termo Lusofonia e por ações de políticas linguísticas de Estado que visam manter essa unidade imaginária. Apaga-se, por esse discurso, a diversidade linguística, pois considera-se que a Língua Portuguesa é homogênea e a mesma nos oito países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O discurso da Lusofonia se impõe “com a força institucionalizadora de uma língua escrita gramatizada que já traz consigo uma memória, a memória do colonizador sobre sua própria história e sobre a sua própria língua” (MARIANI, 2004, p. 24). Lembramos que, quando falamos em memória, nos referimos ao saber discursivo que possibilita todo dizer, retornando sob a forma do pré-construído, o já-dito que sustenta o dizer (ORLANDI, 2012a, p. 31). Do modo como a consideramos nesse trabalho, a memória é significada como o interdiscurso, disponibilizando “saberes que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (Ibidem, loc. cit.).

A imposição da Língua Portuguesa nos países colonizados é a imposição de sua memória e os sentidos nela constituídos. Apagam-se, pelas relações de poder entre Portugal e o Brasil, além das diferenças gramaticais do Português, a história e a memória constituídas pelo contato dessa língua com as outras línguas do Brasil. Desconsidera-se que essa língua foi historicizada nos países colonizados e tornou-se outras.

Como ressalta Mariani (2004, p. 153), pelo Diretório dos Índios, à época do Brasil colônia, as línguas indígenas e a língua geral foram perdendo seu espaço na construção discursiva oficial da história da colonização e na história da Língua Portuguesa. Impôs-se uma única língua, que trazia consigo uma ideologia e uma memória próprias, o que não significava que a língua imposta já não tivesse sido afetada pela travessia do Atlântico e pelos sentidos do Novo Mundo (Ibidem, loc. cit.). A língua que partiu de Portugal já não era mais a mesma. Afetada pela travessia

e pelos sentidos do Brasil, a Língua Portuguesa tornou-se outras no contato com as línguas indígenas. Como formula Orlandi (2008, p. 89), analisando a influência do Tupi no Português do Brasil, não se pode negar a contribuição das línguas indígenas na determinação dos processos de significação e na produção das formas do Português brasileiro. Isso nos leva a pensar que não há uma Língua Portuguesa do Brasil, há várias “formas do Português brasileiro”, constituídas pela relação entre a Língua Portuguesa de Portugal e as línguas indígenas do Brasil. Porém, como efeito da memória da colonização, significa-se a língua oficial como a língua de todos os falantes brasileiros. Essa língua oficial apresenta referência à língua do colonizador pela denominação “Língua Portuguesa”, significando as línguas do colonizador e brasileira como unas, homogêneas.

Entendemos a denominação como Orlandi (2008) e Borges (2013). Tratando da política do silêncio, Orlandi (2008, p. 57) compreende que a atividade de nomear ilustra bem o silêncio constitutivo, visto que “toda denominação circunscreve o sentido do nomeado, rejeitando para o não-sentido tudo o que nele não está dito”. O sentido já tem direção e é sempre dividido, por isso, a pesquisadora considera que a “linguagem é política” (Ibidem, loc. cit.). Na perspectiva da autora, no jogo das formações discursivas, a denominação silencia, apaga certos sentidos que se quer evitar em favor de outros.

Retomando importantes trabalhos da Semântica, da Semântica do Acontecimento e da Análise de Discurso para apresentar o modo como compreende nomeação e denominação em seu trabalho, Borges (2013) parte da premissa de que é a atividade de nomear a coisa (referente) que “lhe dá existência simbólica dentro de um processo significado por sujeitos na história” (Ibidem, p. 209), e ressalta que não há uma relação direta entre palavra e coisa, pois os sentidos são produzidos simbolicamente na história, sendo essa relação mediada pela ideologia (Ibidem, p. 210). Ainda segundo a autora, as denominações têm o

caráter político das palavras, elas tornam possíveis os embates entre uma formação discursiva e outra, elas são instaladas no *interdiscurso (memória discursiva)*, disfarçando as tensões, impedindo outras significações. (Ibidem, p. 211, grifos da autora).

Na denominação “Língua Portuguesa”, depreendemos que os sentidos que constituem a memória dos colonizados ao significarem como sua a língua do

colonizador são os sentidos produzidos pelo colonizador, com deslocamentos, deslizes, transferências. A própria colonização é significada a partir dessa memória. Pela perspectiva colonizadora, por exemplo, não houve tensões, nem confrontos durante a colonização. Esses sentidos para colonização ressoam no discurso dos colonizados que significam como sua a língua da colonização.

Por se constituírem por essa memória do colonizador, o que foi uma colonização exploratória é significado pelos colonizados como “descoberta”, pois pela inscrição da formação discursiva que constitui o dizer do colonizador não é possível dizer que os países colonizados foram invadidos, explorados por Portugal. Neste sentido, pelo imaginário da Lusofonia em funcionamento, conforme depreendemos em “unidos pela Língua Portuguesa!”, a “união” entre os países colonizados e o colonizador se dá sem tensões, sem conflitos, pois já é efeito do imaginário que considera a língua uma.

Essa discursividade que significa a língua do colonizado como a mesma do colonizador se reinscreve em outras formulações na comunidade *Língua Portuguesa*, das quais selecionamos as seguintes sequências discursivas:

Sequência discursiva 8:

**Figura 9:** “Dois países, duas histórias, a mesma língua”.

Fonte: Comunidade *Língua Portuguesa*.



Na sequência discursiva 8, há uma representação geopolítica dos países, diferentemente da sequência discursiva anterior. Mesmo que a extensão territorial de Portugal seja de 91.985 Km<sup>2</sup> e a do Brasil seja de 8.515.767 Km<sup>2</sup><sup>3</sup> (a quinta maior do mundo), na sequência discursiva 8, Portugal é representado como um país de extensão territorial norte-sul maior que o Brasil. Funciona nessas representações dos dois países um imaginário de superioridade de Portugal, mas de que modo Portugal é maior?

Numa reflexão acerca do discurso que define o brasileiro, constituindo o imaginário que funciona em nossa sociedade, Orlandi (2008) aponta o efeito ideológico da colonização que nos permite compreender aspectos da relação entre colonizador e colonizado. A autora observa que

**O europeu nos constrói como seu “outro” mas, ao mesmo tempo, nos apaga.** Somos o “outro”, mas o outro “excluído”, sem semelhança interna. Por sua vez, eles nunca se colocam na posição de serem nosso “outro”. **Eles são sempre o “centro”**, dado o discurso das des-cobertas, que é um discurso sem reversibilidade. Nós é que os temos como nossos “outros” absolutos. (Ibidem, p. 54-55, grifos nossos).

Esse imaginário está em funcionamento na relação estabelecida na sequência discursiva 8 entre Portugal e Brasil. Portugal constrói discursivamente o Brasil como seu “outro”. Os dois países são representados no mundo um ao lado do outro, conforme vemos na sequência discursiva analisada. Porém, Portugal é o “centro”, por isso, mesmo sendo menor o seu território, como colonizador, ele é representado no mundo como o maior. “Apagar” a diferença territorial é manter a posição de colonizador.

O texto verbal sobre o globo terrestre e entre os dois países sugere a unidade entre eles em torno da “mesma língua”. Consideram-se os dois países, suas diferenças históricas e, pela formulação “a mesma língua”, se unem esses países. Apagam-se, além da diversidade linguística existente entre Brasil e Portugal, os países em que a Língua Portuguesa é a língua oficial. O grifo em vermelho põe em destaque a formulação “a mesma língua”. Como se pode depreender, funciona no

---

<sup>2</sup> Fonte: Embaixada de Portugal em Brasília. Disponível em: <<http://www.embaixadadeportugal.org.br/portugal.php>>. Acesso em: 04 out. 2013.

<sup>3</sup> Fonte: IBGE. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default\\_territ\\_area.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm)>. Acesso em: 04 out. 2013.

imaginário da Lusofonia, em que está inscrita a sequência discursiva 8, a compreensão de que a unidade linguística entre os dois países está acima de qualquer diferença territorial (“dois países”) ou histórica (“duas histórias”). Podemos compreender que, por esse imaginário, as diferenças são apagadas.

É oportuno, neste momento, pararmos para explicar o que estamos entendendo como apagamento. Como Orlandi (2008, p. 69) explica, “o apagamento é do domínio da ideologia. Não está marcado em lugar nenhum como tal. Funciona através dos silêncios, de práticas que o atestam, mas que não se expõem como tal. Daí sua eficácia”. Há, no apagamento, um silenciamento de sentidos.

No caso da sequência discursiva 8, não considerar a diversidade linguística do/no Brasil faz parte de uma “política do silêncio” (ORLANDI, 2007a, p. 73), que “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (Ibidem, loc. cit.). Para manter a imaginária unidade da língua em torno da Lusofonia, é “indesejável” que se diga, na relação Brasil - Portugal, “**dois** países, **duas** histórias, **duas** línguas” (grifos nossos).

Contudo, na discursividade da comunidade *Língua Portuguesa*, escapam sentidos silenciados pela sequência discursiva 8. Um português comenta, a partir da postagem (sequência discursiva 8), que:

Sequência discursiva 9:

**Não são dois países, são oito** – Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor Leste. (grifos nossos).

É interessante observar que este comentário à postagem da Figura 9 nega a afirmação sobre o número de países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (“não são dois países, são oito”), mas não nega a afirmação sobre o número de histórias e línguas (“duas histórias, a mesma língua”). Mantém-se, desse modo, o sentido de que apenas Brasil e Portugal têm história. Apagam-se as diferentes histórias dos outros países em que a Língua Portuguesa é, também, língua oficial. E reafirma-se, o imaginário da unidade linguística.

Recorremos à noção de paráfrase para compreendermos as relações de sentido entre as formações discursivas em que se inscreve o discurso, constituindo

de modos distintos o imaginário da Lusofonia. Lembramos que são as formações discursivas, numa formação ideológica dada, que determinam “*o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 2009, p. 147, grifos nossos). É pela relação nas/das formações discursivas que os sentidos e os sujeitos se constituem.

Como explica Orlandi (2008, p. 48), “o jogo de paráfrases é que dá as distâncias (relativas) dos sentidos de diferentes formações discursivas. Pelas paráfrases, os sentidos (e os sujeitos) se aproximam e se afastam. Confundem-se e se distinguem”. Assim, parafraseando a postagem a partir dos sentidos depreendidos da sequência discursiva 9, temos:

- (1) Oito países, oito histórias, a mesma língua;
- (2) Oito países, oito histórias, oito línguas;
- (3) Sete colônias, um colonizador, oito histórias, a mesma língua;
- (4) Sete colônias, um colonizador, oito histórias, oito línguas.

Em (1), formula-se o sentido de que há unidade em torno da mesma língua que seria falada nos oito países citados na sequência discursiva 9. Essa unidade imaginária constitui a memória da colonização, unindo imaginariamente os países em torno de uma “mesma língua”. A diferença entre a paráfrase (1) e o comentário analisado está em que na paráfrase, diferentemente da sequência discursiva 9, formula-se o sentido de que há oito países, cada um com sua história. Mantém-se, contudo, o sentido de que estão unidos pela língua.

A formação discursiva em que esses efeitos de sentidos se inscrevem é constituída pela memória da colonização. Na posição de ex-colonizados, não se pode apagar a referência da ex-metrópole sobre a língua. Com a colonização, Portugal impôs sua língua, construindo o imaginário de unidade linguística entre ele e os países colonizados. O enunciado “a mesma língua”, portanto, inscreve essa discursividade na memória da colonização, no imaginário da Lusofonia, que constitui sentidos e sujeitos até hoje.

Na paráfrase (2), produz-se o sentido de que as histórias e as línguas dos oito países citados são diferentes entre si. Contudo, produz-se o apagamento das histórias e línguas nacionais desses países. Produz-se, na paráfrase (2), o silenciamento da diversidade linguística, o que poderíamos denominar de diversidade interna aos países. Funciona na paráfrase (2) a ilusão de unidade de

história e de língua dos países referidos na postagem. Por essa paráfrase, considera-se que cada um desses países têm uma única história e uma única língua falada em seu território, colaborando para a produção da identidade nacional.

Segundo Orlandi (2002a, p. 25), o que funciona na identidade nacional “são as imagens construídas para nossa relação com a língua portuguesa, nossa ‘versão’ brasileira dessa relação”. Somos afetados pela história da colonização, na qual as línguas de tradição oral foram apagadas, esquecidas. Isso se reflete no modo como se constitui a nossa relação com a língua. De um lado reivindica-se a diversidade externa (entre nações), de outro, se estabelece uma imaginária unidade para compor o imaginário de unidade linguística nacional.

Esse é um efeito do processo de gramatização, no qual, conforme Orlandi (Ibidem, p. 30), há um giro na universalidade da língua, tomando-se a língua do Brasil como sua própria referência. A autora explica que a gramatização em um país colonizado funciona num duplo eixo: de um lado, pela gramatização, o Português do Brasil instala “seu direito à universalização, garantindo a unidade (imaginária) constitutiva de qualquer identidade” (Ibidem, loc. cit.); de outro, o direito à unidade leva ao reconhecimento das suas variedades, em relação ao Português de Portugal e em relação às variedades internas (africanismos, tupinismos, etc.) (Ibidem, loc. cit.).

Em (3), formula-se um sentido diferente para o espaço, dando visibilidade para a história de colonização que é apagada na denominação “países”. Em (3) considera-se que há sete espaços resultantes das conquistas colonialistas, imperialistas, realizadas por Portugal, “um colonizador” comum e cada qual com sua história (incluindo-se a história do colonizador), unidos pela mesma língua da Lusofonia. Funciona, em relação à língua, o mesmo imaginário da Lusofonia identificado em (1), constituindo uma imaginária unidade da língua.

Na paráfrase (4), se compreende que os sete espaços geopolíticos, apesar de terem sido conquistados por um mesmo país, têm cada um a sua história e não estão unidos por uma língua. A história do colonizador é diferente das histórias dos países conquistados, bem como a sua língua. Nesta paráfrase, assim como na paráfrase (2), compreende-se a diversidade linguística e histórica entre os países, mas apaga-se a diversidade linguística e histórica interna aos países. Como observa Orlandi (2008, p. 179), “as línguas não têm os limites que, seja por razões históricas, seja sociais ou políticas, gostaríamos de lhes impor”. As línguas do Brasil e de

Portugal são diferentes, mas afetam uma à outra, assim como as línguas que estão em funcionamento no Brasil afetam umas às outras.

Voltando à sequência discursiva 8, na relação Brasil - Portugal, vemos ainda outro discurso que constitui o imaginário da Lusofonia, não em relação ao território, mas à língua:

Sequência discursiva 10:

(comentário de uma portuguesa) O "**colonizado**" é, de facto, maior do que o "**colonizador**", em área e habitantes, sem sombra de dúvida... **é impressionante como um país pequeníssimo como Portugal conseguiu dominar tantas fracções do mundo durante tanto tempo, não é?** Também compreendo que os estrangeiros querem aprender **português do Brasil**. Afinal a dicção é **muito mais fácil, regra geral as cópias dão menos trabalho do que os originais...**(grifos nossos).

Nesse comentário, destacamos inicialmente o uso de aspas em “colonizado” e “colonizador”. De acordo com Maingueneau (1997, p. 90), o uso de aspas marca “sintagmas atribuídos a um outro espaço enunciativo e cuja responsabilidade o locutor não quer assumir”. Desse modo, as aspas demarcam a distância entre uma formação discursiva e o que se coloca como seu “exterior” (Ibidem, loc. cit.). As aspas estão em relação com as formações discursivas em que se inscreve o dizer (Ibidem, loc. cit.). A partir disso, podemos nos perguntar em que formação discursiva está inscrito o uso das aspas em “colonizado” e “colonizador”?

Nas condições de produção pós-colonialistas não é possível mais falar em “colonizado” e “colonizador”. As formações ideológicas que determinam essas condições não permitem mais essa formulação. Daí o uso das aspas. Partindo da reflexão de Maingueneau (Ibidem, loc. cit.) sobre o uso de aspas, compreendemos que o espaço enunciativo em que “colonizado” e “colonizador” se inscreve é o da colonização, e o locutor, pelo uso das aspas, demarca a distância entre esse espaço enunciativo e o espaço enunciativo atual, pós-colonialista. As aspas funcionam no dizer como uma negação daquilo que produz seus efeitos: o discurso colonialista. Esse discurso funciona no dizer, como se pode depreender pelo emprego da palavra “dominar”, sem aspas. Essa palavra, sem as aspas, inscreve o dizer no discurso

colonialista. Apesar da reinscrição do dizer no discurso colonialista, pelo uso das aspas em “colonizado” e “colonizador”, busca-se demarcar o afastamento do dizer em relação a esse discurso.

Mais adiante, depreendemos mais uma vez a inscrição do discurso colonialista no dizer pela formulação “é impressionante”. Como na sequência discursiva 8, funciona nessa formulação o imaginário de superioridade portuguesa. Considera-se Portugal superior por conseguir, apesar da diminuta extensão territorial, “dominar tantas fracções do mundo durante tanto tempo”. A expressão “é impressionante” imprime um tom laudatório, elogioso à dominação portuguesa que se fez por meio da língua, da religião e da estrutura jurídico-administrativa.

Interessante de se notar que, nessa sequência discursiva 10, o indivíduo é interpelado pela posição discursiva relativa ao discurso colonialista por meio da formulação “não é?”. Funciona no “não é?” um pré-construído que interpela o indivíduo em sujeito: Portugal é superior. A ideologia colonialista portuguesa interpela os indivíduos a se constituírem em sujeitos na posição de “colonizados”. Sendo interpelados desse modo, os sujeitos entram numa relação com a língua a partir dessa posição. O modo como as línguas de Portugal e do Brasil são significadas pelo “colonizador” influencia o modo como o “colonizado” significa sua(s) língua(s).

Como vemos na sequência discursiva 10, apesar de haver referência a Portugal denominando a língua falada no Brasil como “Português”, na formulação “do Brasil” reconhece-se uma diferença entre as línguas, mas essa diferença é significada como “cópia” “muito mais fácil” da Língua Portuguesa do país colonizador (Portugal). Na tentativa de homogeneizar a língua, pelo imaginário da Lusofonia, significam-se as línguas dos países colonizados como “cópias” falhas da língua gramatizada em Portugal. As diferenças são significadas como variações ou dialetos. Denominar como “cópia” o Português brasileiro produz o efeito de sentido de que as diferenças linguísticas produzidas no/pelo Brasil são falsificações da língua “original”. Haveria um “original” que teria sido modificado, “falsificado”.

Com relação a outros sentidos que podem ser produzidos para “cópias”, Orlandi diferencia cópia e simulacros, explicando que na relação entre portugueses e brasileiros, “os europeus procuram absorver as diferenças, projetando-nos como cópias em seus imaginários, cópias malfeitas a serem passadas a limpo” (ORLANDI, 2008, p. 27). Esse imaginário em relação ao colonizado funciona, como depreendemos na sequência discursiva 10, no imaginário sobre a língua. Considera-

se na sequência discursiva 10 que a língua de Portugal é a “original”, e como “regra geral”, a língua dos ex-colonizados é uma cópia malfeita, que “dá menos trabalho”, é “mais fácil”.

Nesse imaginário ressoam sentidos para as línguas do Brasil, que foram constituídos no século XVIII, no *Diretório dos Índios*, promulgado pelo Marquês de Pombal. A língua geral, falada pela maioria da população à época, era uma “mistura” da Língua Portuguesa com a língua Tupi, não se podendo negar possíveis influências das línguas dos negros e de outras línguas indígenas, de acordo com Guimarães (1994; 1996) e Guimarães e Orlandi (2001). Segundo Mariani (2004, p. 33), para o *Diretório*, essa língua era uma “invenção diabólica”, e o Português-brasileiro “ou não existe aos olhos da metrópole, ou, se existe, precisa ser corrigido, melhorado, reformado de acordo com os moldes gramaticais portugueses” (Ibidem, loc. cit.).

Na sequência discursiva 10, se reconhece a existência do “Português do Brasil”, mas essa língua é uma “cópia”, portanto, precisa ser corrigida, melhorada, reformada de acordo com a gramática da língua “original”. Segundo Orlandi (2008, p. 27), nesse discurso que nasce no interior da colonização, a relação entre diferentes é vista como a relação entre o original e o diferente. O original faria intervir a ideia de cópia, de imitação, segundo a autora. Por essa compreensão, podemos depreender na sequência discursiva 10 que, no imaginário em funcionamento na comunidade *Língua Portuguesa*, a relação entre a Língua Portuguesa do Brasil e a Língua Portuguesa de Portugal está determinada pela posição discursiva que significa uma como a língua do colonizador e a outra como a língua do colonizado, conforme a relação entre o “original” e a “cópia”, respectivamente. O brasileiro é, desse modo, significado na posição do colonizado como aquele que “falsifica” o “original”.

#### 4.2 EFEITOS DE SENTIDOS DA DESCOLONIZAÇÃO

Ainda durante o processo de colonização, a memória da descolonização linguística já se constituía. Nessa perspectiva, a língua de Portugal e a língua do Brasil são diferentes, pois diferentes são as histórias dos países, os povos e os sentidos. Concordamos com Orlandi que,

linguístico-discursivamente, da mesma maneira que houve um processo de colonização, há também o de descolonização linguística, que afeta a história da relação às línguas em seus contatos e em sua formação. (ORLANDI, 2012e, p. 11).

A descolonização linguística é, para nós, o processo pelo qual os sujeitos colonizados resistem à colonização.

Como compreendemos, o processo de descolonização linguística não se iniciou quando a colonização terminou, ou seja, quando foi declarada a Independência. Desde que os portugueses chegaram ao Brasil, a denominação da fauna, flora e geografia da terra desconhecida organizou-se a partir da memória linguística indígena misturada à memória linguística do colonizador. Conforme Mariani (2004, p. 30), essas denominações, pensadas em termos de construção discursiva dos referentes, são, nas gramáticas portuguesas, traços da presença do que foi apagado. Nesse sentido, “a língua colonizada tem seu lugar demarcado como uma diferença tolerável e já absorvida” (Ibidem, loc. cit.). Essa diferença entre as línguas de Brasil e Portugal só foi garantida quando, segundo Orlandi (2009b, p. 218), o Estado brasileiro se estabeleceu. Desta forma, a descolonização linguística ganhou mais visibilidade depois da Independência, em 1822. No entanto, foi a gramatização, a produção de gramáticas do Português brasileiro, um dos fatores mais importantes para que o processo de descolonização linguística ganhasse força.

Orlandi (Ibidem, p. 213) afirma que o processo da descolonização linguística pode ser definido como o imaginário social no qual se dá um acontecimento linguístico “sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra nação”. A língua se historiciza, considerando-se as suas condições de produção.

Ainda com Orlandi (Ibidem), entendemos que o processo de descolonização resulta na “construção de um sujeito nacional, de um cidadão brasileiro com sua língua própria, estável, capaz de unidade e visível na gramática. O país, seu saber, seu sujeito político-social e suas instituições se individualizaram” (Ibidem, p. 218). Um dos aspectos da descolonização é a construção de uma unidade (imaginária) nacional. O Estado, por conta do ideal nacionalista, interditando outras línguas, “realiza seu ideal de unidade, propagando a idéia de unidade linguística e realizando a homogeneização tanto da língua quanto da população” (PAYER, 2005, p. 4). Ao

mesmo tempo em que funciona, no processo de descolonização, a negação da unidade da Lusofonia, são apagadas as diferenças internas ao Brasil, produzindo-se o imaginário de unidade, necessário para a construção de uma nação nos moldes do ideário liberal burguês. Dito de outro modo, ao mesmo tempo que se garante a diferença externa (entre Brasil e Portugal), se estabelece uma unidade imaginária interna, construindo uma língua “estável”. Retomaremos essa reflexão mais adiante.

No momento, para compreendermos o funcionamento da memória da descolonização, analisamos a seguinte postagem da comunidade *Língua Portuguesa*:

Sequência discursiva 11:

**Figura 10:** “Língua Brasileira”

Fonte: Comunidade *Língua Portuguesa*.



Na sequência discursiva 11, sobre a bandeira nacional brasileira, denomina-se a língua desta nação como “brasileira”. Compreendemos que essa sequência discursiva é um efeito da memória da descolonização, filiando sentidos aos discursos que constituem o imaginário de unidade nacional. Como ressalta Orlandi (2012c, p. 130-131),

pela teoria sabemos que a unidade é uma ilusão, constitutiva e necessária, mas uma ilusão produzida pela relação imaginária do sujeito com suas condições de existência, assim também a necessidade de uma referência inequívoca a uma nacionalidade é uma ilusão [...] é essa ilusão que sustenta em grande medida as nossas formas do social.

Denominar uma língua nacional é construir a unidade imaginária da nação. Denominá-la como “Língua Brasileira” é mudar a referência da língua. A referência da língua passa a ser a memória social brasileira e não mais a de Portugal. A proposição de mudar a denominação da língua oficial do Brasil de Língua

Portuguesa para Língua Brasileira é antiga e já foi alvo de muitas discussões.

De acordo com Dias (2001, p. 185), nas décadas de 1930 e 1940, se intensificaram as reivindicações de mudança do nome da língua falada e escrita no Brasil. O autor expõe os três projetos que tentaram modificar o nome da língua do Brasil por vias legais: (i) em 1935 foi apresentado e aprovado um projeto na Câmara do Distrito Federal, mas não se tem registros do seu cumprimento; (ii) no mesmo ano foi apresentado e discutido um projeto na Câmara dos Deputados, mas este não chegou a ser votado; (iii) em 1945 surgiu um projeto na Assembleia Nacional Constituinte, que resultou na criação de uma Comissão que declarou-se contrária à mudança, denominando nossa língua como Língua Portuguesa.

Ainda conforme Dias (2001), havia duas posições antagônicas em torno das quais se discutiu a mudança do nome da língua. De um lado, legitimistas defendiam a permanência da denominação Língua Portuguesa, pois viam na denominação “língua brasileira” a configuração da identidade nacional “a partir de um domínio de língua relativamente a ‘povo ignaro’, ‘poviléu’, ‘cozinheira’, ‘caipira’, etc.” (Ibidem, p. 195). Para os legitimistas, a língua não poderia ser denominada de brasileira, visto que “não adquirira um estatuto capaz de legitimar discursos, de modo a torná-los visíveis às malhas sociais da elite brasileira letrada” (Ibidem, loc. cit.). De outro lado, os separatistas defendiam a mudança do nome, porque o nome “Língua Brasileira” expressaria a “própria natureza do País” (Ibidem, loc. cit.). Para este grupo, se deveria mudar a denominação da língua para “Língua Brasileira”, “uma vez que ela [a língua] se molda pela imagem da natureza que identifica o espaço geográfico brasileiro” (Ibidem, p. 196).

Albuquerque e Cox (1997, p. 37), analisando textos de Alencar e Soares, separatistas, e Magalhães e Veríssimo, legitimistas, observam uma semelhança entre as duas vertentes quando se trata da constatação da diferença entre o Português do Brasil e o Português de Portugal. A partir de enunciados dos textos estudados, as autoras formulam que a “diversidade entre o Português falado/escrito em Portugal e o Português falado/escrito no Brasil está posta; não há como negá-la. É visível a revolucionários e conservadores, ainda que interpretada diversamente” (Ibidem, loc. cit.). Entre os revolucionários a diferença é significada como “evolução”, “aperfeiçoamento”, “progresso”, enquanto entre os conservadores é significada como “decadência”, “deformação”, “corrupção” da língua (Ibidem, p. 38).

Os separatistas menos radicais consideravam a diferença como uma variação

dialetal, enquanto os mais radicais consideravam-na uma variação idiomática, e havia os que assumiam uma posição contraditória, oscilando entre uma e outra significação da diferença da língua (Ibidem, p. 40). No mesmo trabalho, as autoras afirmam, ainda, que os separatistas, além de constatar a diferença, buscavam explicar sua existência. Conforme Albuquerque e Cox (Ibidem, p. 43), das muitas explicações, duas, ligadas às ideias dominantes no século XIX, predominavam: “a primeira vincula a diferenciação à irrefreável marcha do progresso que atinge tudo. A segunda vincula-a à alteridade brasileira que torna outra a língua portuguesa”. Pela primeira explicação os separatistas acreditam que as línguas mudam, progridem, “contrapondo-se à tese legitimista de que *as línguas são estáveis e de que mudar significa corromper-se*” (Ibidem, loc. cit., grifos das autoras). Já pela segunda, relacionada ao evolucionismo linguístico em moda na Europa, os separatistas acreditam que a língua é como um ser vivo, que “ao se adaptar ao contexto para onde fora levada, também evolui, se diversifica” (Ibidem, p. 47).

Essas duas explicações, dentre outras, constituem-se, tal como os discursos da política, da história, da filosofia, da estética e da ciência no século XIX, sob os signos do progresso e da nação, que confluem para o signo da liberdade (Ibidem, p. 56). Nesse cenário, as autoras afirmam que “libertar-se do passado e do império português em todos os sentidos” (Ibidem, loc. cit.) é o lema dos separatistas. Já o dos legitimistas é “conservar, se não o império (ele havia ruído!), ao menos o passado” (Ibidem, p. 56-57).

Dias (1995, p. 133) remete as discussões entre legitimistas e separatistas acerca da denominação da língua ao nacionalismo crescente das décadas de 1930 e 1940. Segundo o autor, mantinha-se a face do nacionalismo marcada pela exaltação patrioteira, ao mesmo tempo em que se presenciou o surgimento de outro sentido de nacionalismo, caracterizado pela busca do conhecimento do Brasil (Ibidem, loc. cit.). Este último instigou intelectuais a repensarem o estatuto da expressão linguística no Brasil, e, segundo o autor, foi desse movimento que vários trabalhos defendendo a mudança da denominação da língua nacional brasileira surgiram (Ibidem, p. 134).

Pensar em uma língua nacional é, então, filiar-se por sentidos ao processo de produção da unidade imaginária nacional. Compreendemos que o sujeito brasileiro, ao significar a Língua Portuguesa como una, como a sua língua nacional, é constituído pelas políticas linguísticas de Estado, que produzem como um de seus

efeitos o apagamento das diferenças linguísticas. Isso pode ser compreendido a partir de Payer (2005), que, ao discutir a tensão entre a língua materna e a língua nacional, analisa que

O fato de que nos Estados Nacionais uma única língua seja elevada à categoria de língua nacional, e o fato de que em nossas sociedades nacionais a escola tenha sido lugar por excelência de difusão desta mesma língua nacional, sobretudo através da escrita, produziram historicamente uma relação imaginária naturalizada, quase termo-a-termo, entre a língua nacional e a constituição do sujeito. “Sou brasileiro: falo português”. De tal modo isso se dá que a presença efetiva de diversas outras línguas que não o português, mesmo fragmentadas (e das diversas memórias discursivo/culturais que as acompanham), não têm tido, via de regra, um tratamento considerável seja no ensino, seja nas práticas de linguagem. (Ibidem, p. 9).

Compreendemos, desse modo, que os sujeitos são constituídos pelo imaginário de unidade linguística e esse imaginário é reforçado pela relação dos sujeitos com a língua oficial, a língua gramatizada, escrita, ensinada na escola. Línguas e diferenças linguísticas são apagadas no processo de constituição da língua nacional. Como ressalta Orlandi (2012c, p. 130), “não há língua nacional que não se constitua nesse movimento de confrontos, alianças, oposições, ambigüidades, tensões com outras línguas”. No caso da língua nacional brasileira, são decisivos tais movimentos em relação à língua nacional de Portugal.

É o que depreendemos na sequência discursiva 11, na qual há uma resistência à formação discursiva da colonização. Como Pêcheux (2009, p. 281) formulou, “não há dominação sem resistência [...] é preciso ‘ousar se revoltar’”, ou, poderíamos dizer, resistir à formação discursiva dominante. Na sequência discursiva 11, há uma resistência à formação discursiva que é constituída pela memória da colonização, resistência que pode ser depreendida pela denominação da língua nacional brasileira como “Língua Brasileira”, e não como “Língua Portuguesa”. A denominação “Língua Brasileira” afirma as diferenças existentes entre o Brasil e Portugal e, mais do que isso, estabelece como referência para a Língua Portuguesa do Brasil, com as diferenças que a constituem historicamente, a memória discursiva brasileira. A denominação “Língua Brasileira” está associada, na imagem, à nação, aos signos nacionais e ao lema positivista “ordem e progresso”. O nome “Língua Brasileira” está escrito sobre a bandeira do Brasil, num gesto nacionalista em resistência ao discurso da colonização que apaga a diferença linguística entre Brasil e Portugal.

Em conformidade com Orlandi (2012d, p. 233), pensar discursivamente a resistência,

implica pensar um sujeito dividido, o assujeitamento nas formas históricas do capitalismo, a ideologia como um ritual com falhas, o Estado estruturado pela falha, e a formação social como algo que se constitui e se mantém continuamente.

Desse modo, é importante considerar a maneira como as relações sociais são significadas pela linguagem e como esta constitui a sociedade e seu funcionamento (Ibidem, loc. cit.). A partir da consideração de que o Estado e a ideologia, que determinam o sujeito, são constituídos pela falha, podemos pensar num assujeitamento com falhas, em que há a possibilidade de resistência.

A resistência que se materializa na denominação “Língua Brasileira” produz um giro na universalidade da referência da língua (ORLANDI, 2002a, p. 30). Ao tomar o Brasil como referência da língua, resiste-se à discursividade dominante da unidade linguística entre Portugal e Brasil. A resistência à memória da colonização pode ainda ser apreendida no comentário à postagem (Figura 10), que segue:

Sequência discursiva 12:

Ta faltando dar o **grito de independência da nomenclatura, em vez de língua Portuguesa, língua Brasileira.** (grifos nossos).

Na sequência discursiva 12, formula-se que “ta faltando dar o grito de independência da nomenclatura”, substituindo a denominação “Língua Portuguesa”, oficializada em 1946, pela denominação “Língua Brasileira”. Mudar a nomenclatura significaria mudar a referência. Se falta apenas a independência da nomenclatura, significa que já se tem, além de uma nação independente, uma língua independente, que só não é assim reconhecida por ter em sua denominação a relação com a Língua Portuguesa de Portugal, ou seja, com sua história de colonização.

Esses sentidos formulados na sequência discursiva 12 se inscrevem na discursividade que, descolonizando a teoria, compreende que a evidência da semelhança faz desconhecer a distinta materialidade histórica entre a Língua Portuguesa do Brasil e a Língua Portuguesa de Portugal. Orlandi (2005) relaciona essa “evidência da semelhança” à heterogeneidade constitutiva da língua nacional do Brasil:

joga em nossa língua um fundo falso em que o “mesmo” abriga, no entanto, um “outro”, um diferente histórico que o constitui ainda que na aparência do “mesmo”: o português brasileiro e o português português se recobrem como se fossem a mesma língua mas não são. Produzem discursos distintos, significam diferentemente. (Ibidem, p. 30).

Produz-se a evidência de que a Língua Portuguesa do Brasil e a Língua Portuguesa de Portugal são iguais, porém, elas se historicizaram de maneiras distintas em suas relações com a história de formação política e social desses países. A autora acrescenta à sua reflexão sobre a língua brasileira que, ao deslocar-se de Portugal para o Brasil, a Língua Portuguesa “institui um movimento de memória, deslizamentos lingüísticos por meio dos quais uma outra língua – a brasileira – faz-se presente” (Ibidem, p. 29). Poderíamos dizer que, pela historicização, estabelecem-se diferenças entre as línguas de Portugal e do Brasil.

Na sequência discursiva 12, se compreende a diferença entre as línguas, produzindo-se o sentido de que há duas línguas diferentes, e que a nomeação “Língua Brasileira” daria conta de mostrar que a referência da Língua Portuguesa do Brasil não é mais Portugal.

O que compreendemos estar em funcionamento, nas sequências discursivas 11 e 12, é uma interincompreensão constitutiva entre as formações discursivas da colonização e da descolonização. O conceito de interincompreensão constitutiva é formulado por Maingueneau (1997). O autor compreende que,

mesmo na ausência de qualquer marca de heterogeneidade mostrada, toda unidade de sentido, qualquer que seja seu tipo, pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra, aquela do ou dos discursos em relação aos quais o discurso de que ela deriva define sua identidade. (Ibidem, p. 120).

Desse modo, um enunciado de uma formação discursiva pode ser significado dentro de seu próprio discurso ou marcar a distância constitutiva que o separa de outro(s) discurso(s), o que provoca a compreensão de que o sentido, num espaço discursivo, não é estável, relacionável apenas a uma posição discursiva, mas é construído no intervalo entre as posições enunciativas (Ibidem, loc. cit.). Assim, podemos considerar que o espaço discursivo da Lusofonia é constituído na relação entre as posições enunciativas de “colonizador” e do “descolonizado”.

Ainda de acordo com Maingueneau (Ibidem, loc. cit.), a intercompreensão é

um mal-entendido sistemático, constitutivo do espaço discursivo, que obedece a regras que definem a identidade das formações discursivas consideradas. Segundo o autor, ela “determina o que se *deve* falar e *não se deve* compreender” (Ibidem, p. 121, grifos do autor), proibindo que um mesmo sentido circule de um sujeito para outro, mas também possibilitando que os sujeitos partilhem o mesmo discurso (Ibidem, loc. cit.). Compreendemos, a partir desse conceito, que o discurso não é homogêneo, pois, pensando em nosso material, o discurso inscrito na posição discursiva do “colonizador” produz efeitos de sentidos na posição discursiva do “descolonizado”, delimitando-a, circunscrevendo-a, e vice-versa.

#### 4.3 CONTRADIÇÃO E SUBJETIVIDADE

A ideologia constitui o sujeito, produzindo determinados efeitos, que permitem apreender, na discursividade, a filiação a uma formação discursiva e não outra. É importante lembrar que “uma ideologia é não-idêntica a si mesma, ela não existe a não ser sob a modalidade da divisão, ela não se realiza senão dentro da contradição que organiza nela a unidade e a luta dos contrários” (PÊCHEUX, 2011, p. 187). Assim, é possível que, em uma mesma formação ideológica, diferentes formações discursivas estabeleçam relações conflituosas entre si.

Orlandi (2012a, p. 44) afirma que as formações discursivas “são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações”. No caso das formações discursivas em funcionamento na comunidade *Língua Portuguesa*, a “coexistência” das memórias da colonização e da descolonização possibilita o funcionamento de uma na outra. Vejamos como isso ocorre nas sequências discursivas que destacamos para analisar a contradição em funcionamento na comunidade analisada:

Sequência discursiva 13:

**Figura 11:** “05 de novembro Dia Nacional da Língua Portuguesa”.

Fonte: Comunidade *Língua Portuguesa*



A instituição do dia 05 de novembro como “Dia Nacional da Língua Portuguesa” no Brasil se deu pela Lei número 11.310, de 12 de junho de 2006. A Língua Portuguesa é a língua oficial e nacional do Brasil. Como analisam Guimarães (1996) e Dias (1995), na década de 1940 se discutiu a denominação da língua nacional do Brasil. Nessa época, um grupo de intelectuais brasileiros defendeu que a língua fosse nomeada como brasileira; outro grupo, formado por intelectuais e políticos, defendeu o nome Língua Portuguesa, mantendo a referência a Portugal, ao Português da antiga metrópole. A comissão jurídica nomeada para decidir a questão concluiu que o nome da língua oficial brasileira deveria ser Língua Portuguesa, mantendo a referência ao colonizador.

Na sequência discursiva 13, além de manter-se a referência da língua nacional do Brasil à língua da colonização pela saturação discursiva do nome “língua” pelo determinante “portuguesa”, mantém-se o imaginário de que a língua é homogênea, o que é depreendido pelo uso da preposição “da”, no singular. Retorna a concepção de língua “una e mesma” (BRANCO, 2011, p. 5), efeito da história de colonização.

Esse imaginário da língua nacional é institucionalizado pelos instrumentos linguísticos, “que intervêm nas práticas lingüísticas, reduzindo a liberdade de variação da língua” (SILVA SOBRINHO, 2008, p. 57). Apagam-se a diversidade

linguística, a história, pelo imaginário de que há uma unidade nacional. Como afirma Orlandi, para se estabelecer uma língua nacional, a Língua Portuguesa do Brasil “teve que excluir aquelas com as quais ela coexistiu: entre estas se encontra, com toda evidência, o tupi” (ORLANDI, 2008, p. 89). Só pelo apagamento da diversidade concreta é possível o estabelecimento de uma unidade imaginária da língua.

Nesse apagamento de outras línguas produzido pela colonização, “a imposição de uma língua camufla a heterogeneidade e contribui para a construção de um efeito homogeneizador que repercute ainda hoje no modo como se concebe a língua nacional no Brasil” (MARIANI, 2004, p. 96). Na colonização apagaram-se as diferenças linguísticas entre as nações (Portugal e Brasil), o que refletiu no modo como se constituiu a língua nacional, apagando também a diversidade linguística interna ao Brasil. Neste espaço discursivo<sup>4</sup> do nacionalismo brasileiro, a unidade da língua

já não refere o português do Brasil ao de Portugal, mas à unidade e às variedades existentes no Brasil. E a unidade do português do Brasil, referido a seu funcionamento historicamente determinado, é marca de sua singularidade. Há um giro no regime de universalidade da língua portuguesa que passa a ter sua própria referência no Brasil. A variação não tem como referência Portugal, mas a diversidade concreta produzida no Brasil, na convivência de povos de línguas diferentes (línguas indígenas, africanas, de imigração etc). (ORLANDI, 2005, p. 30).

A memória nacional é a referência para a língua nacional, marcando sua “singularidade”. Nessa discursividade, a unidade imaginária da nação (“**dia nacional**”) está associada à imaginária unidade linguística (“**da Língua Portuguesa**”). Compreendemos que funciona na discursividade da sequência discursiva 13 uma contradição, a determinação “portuguesa”, em “Língua Portuguesa” é efeito da colonização. Porém, na palavra “nacional” está funcionando o discurso da descolonização, que reivindica o pertencimento da língua.

Funcionam, ao mesmo tempo, sentidos filiados aos discursos da colonização e da descolonização, nessa sequência discursiva, o que identificamos como contradição constitutiva das formações ideológicas que conformam o imaginário da Lusofonia. Na sequência discursiva 13, a referência à língua da colonização (“Língua Portuguesa”) reinscreve o discurso da colonização, enquanto a construção da

---

<sup>4</sup> O modo de compreendermos espaço discursivo está na introdução de nosso trabalho.

unidade (“da”) “nacional” reinscreve o discurso da descolonização. Instala-se, assim, uma contradição entre esses dois discursos. A contradição está em manter a referência à língua do colonizador no processo de construção de uma unidade linguística nacional no país descolonizado. Assim, na produção da memória da língua nacional, entram em contradição a memória da colonização e da descolonização. Essa memória da língua é constituída, dessa forma, pela heterogeneidade. Como afirma Silva Sobrinho (2008), a memória é da língua heterogênea,

não só no sentido de que é constituída por contraditórios processos discursivo, relativos a diferentes e divergentes modos de significar a relação entre a unidade e a diversidade lingüística, mas, sobretudo, no sentido de que os processos discursivos que a constituem mantêm, entre si, complexas relações, de tal modo que um processo discursivo acaba se inscrevendo no modo mesmo como o outro se configura. (Ibidem, p. 60).

Desse modo, a memória da língua é constituída pela contradição, pela heterogeneidade. Na sequência discursiva seguinte, identificamos outros sentidos que, em relação, apontam para a heterogeneidade, para a contradição da formação ideológica da Lusofonia:

Sequência discursiva 14:

(comentário de um português)– Está na altura de “brasileiro” ser considerada língua oficial. As **inúmeras palavras nativas e os desvios linguísticos** são tantos que se justifica já dar a escritores como Jorge Amado, **a língua do seu país!!! Não há razão para que o brasileiro se não desprenda do português** e siga como nova língua um rumo novo. Afinal, o português deriva do latim tal como o francês, mas são diferentes! **A língua é o instrumento básico da nossa identificação, não o deixemos ser instrumento da nossa submissão.** (grifos nossos).

Retornando à história do conhecimento sobre a língua, compreendemos que há alguns sentidos da colonização que se reinscrevem na discursividade da sequência discursiva 14. Como vimos na seção sobre os efeitos da colonização, o Diretório dos Índios promulgado pelo Marquês de Pombal via a língua geral como

uma “invenção diabólica” (MARIANI, 2004, p. 33), de forma que as diferenças entre a língua do Brasil e a de Portugal eram significadas como variações que deviam ser corrigidas de acordo com o padrão gramatical português (Ibidem, loc. cit.). Na sequência discursiva 14, esses sentidos ressoam, a língua do Brasil é significada, a partir do padrão português, pelas “inúmeras palavras nativas e os desvios linguísticos”. As diferenças constitutivas da Língua Portuguesa brasileira são significadas como “desvios linguísticos”.

Mesmo considerada como uma outra língua, diferente da língua de Portugal, ela ainda é significada como “cópia” malfeita desta última. A diferença entre o “Português” e o “brasileiro” são as “palavras nativas”, os “desvios”. O “desvio” é o que foge à norma. Neste caso, a norma é a gramática da Língua Portuguesa de Portugal. É ela a referência.

Contudo, há uma contradição constituindo esse discurso: por um lado ele reinscreve os discursos da colonização por significar como “desvio” a língua do Brasil e reduzir politicamente as diferenças entre a língua da colonização e a língua brasileira a “palavras nativas”; de outro, ele reinscreve os discursos da descolonização pela formulação “Não há razão para que o brasileiro se não desprenda do português”. No reconhecimento do outro (o Português do Brasil) há a reinscrição do mesmo (o Português de Portugal). Isso é o que caracteriza a contradição, o funcionamento de um discurso no outro. A Língua Portuguesa do Brasil é uma língua diferente porque “desvia”, “erra” a língua da antiga metrópole. Isso que é formulado como defeito é, justamente, o que constitui a brasilidade como diferença.

Na sequência discursiva 14, há duas formulações que se inscrevem na discursividade da descolonização. A primeira é a denominação do idioma nacional do Brasil como “brasileiro”, definido como “instrumento básico de nossa identificação”. Conforme nossa análise da sequência discursiva 11, esse é um efeito da memória da descolonização. Mudar a denominação da língua é considerar a historicização da Língua Portuguesa no Brasil. É compreender que a língua que atravessou o Atlântico já não é mais a mesma, que as línguas nacionais do Brasil e de Portugal se distinguem profundamente por “propriedades inscritas na diferença de constituição de seus distintos processos de significação inscritos em sua materialidade lingüístico-histórica” (ORLANDI, 2002a, p. 27).

A outra formulação que reinscreve o discurso da descolonização é a

afirmação do “desprendimento” da Língua Portuguesa falada no Brasil da língua de Portugal. “Desprender” a língua é considerá-la como independente da língua da colonização, mudando a sua referência. “Desprender” a língua é “desprender” o sujeito da posição discursiva colonizado (“se justifica já dar a escritores como Jorge Amado, a língua de seu país!!!”). “Desprender” é descolonizar. É mudar a referência do sujeito. O sujeito brasileiro é constituído pela história da colonização e da descolonização. Nesse sentido, observamos a heterogeneidade do sujeito nacional brasileiro. Como postulou Pêcheux (2009, p. 143-144), o sujeito resulta de um processo, não tem origem em si mesmo, mas é determinado e chamado à existência pela ideologia. No caso que estamos analisando, o sujeito brasileiro é constituído pela ideologia colonizadora, mas também pela descolonizadora. Ele, portanto, não é homogêneo, mas constituído por sentidos diversos.

Segundo Orlandi (2012a, p. 52), assim como os sentidos, o sujeito também é constituído pela incompletude. É por essa incompletude que sujeito e sentidos estão abertos ao possível. Isso significa que sujeito e sentidos podem sempre se deslocar, ao mesmo tempo em que estão sujeitos “à determinação, à institucionalização, à estabilização e à cristalização” (Ibidem, loc. cit.). Por essa perspectiva discursiva, é interessante observar que na sequência discursiva 14 a posição-sujeito colonizador sofre um deslocamento. O português, na posição-sujeito colonizador, é constituído pelo imaginário de unidade lusófona. Entretanto, nessa sequência discursiva, deslocam-se sentidos desse imaginário e as diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal são significadas por um português como “nova língua”.

A contradição constitutiva da relação com a Língua Portuguesa pode ser observada, ainda, na sequência discursiva abaixo:

Sequência discursiva 15:

(comentário de um brasileiro) **Não é a mesma língua com suas diferenças.** São duas línguas com **a mesma origem,** porém **completamente diferentes.** (grifos nossos).

Nesta sequência discursiva, assim como na sequência discursiva anterior, está em funcionamento a negação polifônica ou polêmica (MAINGUENEAU, 1997; BRANDÃO, 1998), que inscreve no dizer duas posições discursivas distintas, constituindo um sujeito clivado, cindido. No caso, afirma-se uma posição discursiva

descolonizadora pela negação da posição discursiva colonizadora que funciona pelo imaginário de unidade linguística entre Brasil e Portugal. A negação, nesta sequência discursiva, é uma marca da heterogeneidade discursiva, diferentemente da negação descritiva que encontramos na sequência discursiva 9.

A respeito da negação, Brandão (1998), partindo da hipótese do primado do interdiscurso sobre o discurso, formula que toda formação discursiva articula um conjunto de formulações aceitáveis e exclui formulações inaceitáveis ao seu domínio de saber (Ibidem, p. 126). A autora acrescenta que

o interdiscurso de uma formação discursiva constitui um processo de reconfiguração incessante tendo em vista as posições ideológicas que representa ou passa a representar em contextos diferenciados. (Ibidem, p. 127).

Nesse processo de reconfiguração, o domínio de saber de uma formação discursiva pode incorporar elementos pré-construídos, provocando sua redefinição ou simples retorno, ou pode mobilizar a memória discursiva, organizando a repetição de seus elementos ou provocando seu apagamento, esquecimento ou mesmo sua denegação (Ibidem, p. 127-128).

A sequência discursiva 15 não remete aos discursos da colonização significando a língua brasileira como “desvio” (sequência discursiva 14), nem estabelece Portugal como a referência dessa língua pela denominação “portuguesa” (sequência discursiva 13). O que está dito na sequência discursiva 15, que remete à memória da colonização, é a concepção de que as duas línguas nacionais (de Portugal e do Brasil) têm “a mesma origem”.

Essa mesma discursividade está em funcionamento no Museu da Língua Portuguesa. Silva Sobrinho (2011) busca compreender os efeitos de sentido desse museu a partir das relações que este mantém com a história da língua no processo de formação política e social do Brasil. Ao analisar o painel das grandes famílias linguísticas do mundo, o autor compreende que “a questão da origem é, portanto, uma questão de política linguística. É uma questão do Estado” (Ibidem, p. 114). Pensar que há uma mesma origem para a língua brasileira e a Língua Portuguesa é manter a relação de continuidade Brasil – Portugal, e “produz-se discursivamente, desse modo, a unidade da língua nacional do Brasil em face da língua de Portugal” (Ibidem, p. 116).

Por outro lado, instaurando a contradição, formula-se na sequência discursiva 15 que as duas línguas (Português de Portugal e Português do Brasil) são “completamente diferentes”. Aqui, as diferenças não são significadas como “desvios linguísticos” (sequência discursiva 14), tão pouco como variação ou dialeção, formula-se que “não é a mesma língua com suas diferenças”. Há duas línguas materialmente distintas, independentes. Ao mesmo tempo em que se consideram essas diferenças linguístico-históricas, a referência à língua da colonização (pelo nome “Língua Portuguesa”) continua a produzir sentidos nessa discursividade.

Pelas análises, compreendemos que o imaginário da Lusofonia é constituído tanto pelos discursos da colonização quanto pelos discursos da descolonização, determinando ideologicamente os sujeitos na heterogeneidade de sua constituição. Há na comunidade *Língua Portuguesa*, conflitos e tensões entre formações discursivas.

## 5 IMAGINÁRIO DA GLOBALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Quando tratamos, no capítulo anterior, do imaginário da Lusofonia, compreendemos alguns efeitos da memória da colonização em funcionamento na discursividade da comunidade *Língua Portuguesa*, entre eles o efeito imaginário de unidade linguística. Outro imaginário que identificamos no material de análise é o da globalização.

Contemporaneamente, como argumentam Hardt e Negri (2003, p. 356), as divisões geográficas dos Estados-nação ou entre Estados-nação “já não são suficientes para captar as divisões globais e distribuição de produção, acumulação e formas sociais”. Segundo eles, isso, em muitos sentidos, torna mais severas as desigualdades e segmentações sociais (Ibidem, p. 358).

Em nossa análise, para compreendermos a inscrição da discursividade da comunidade na discursividade da globalização, cotejamos os sentidos de “globalização” no discurso lexicográfico com os sentidos formulados em postagens da comunidade. É importante ressaltarmos que tomamos o dicionário como um objeto discursivo. Isso significa que o dicionário é

algo que é produzido por práticas reais em determinadas conjunturas sociais, ou seja, o dicionário é produzido sob certas “condições de produção dos discursos”. E as palavras não são tomadas como algo abstrato, sem relação com os sujeitos e as circunstâncias em que eles se encontram, mas sim como resultantes das relações sociais e históricas, relações essas que são complexas e, por vezes, polêmicas ou contraditórias. (HORTA NUNES, 2010, p. 6-7).

O dicionário é um discurso sobre a língua, produzido para um público leitor, em certas condições de produção. Esse discurso é produzido na relação do sujeito com a história, sendo determinado ideologicamente. Desse modo, compreendemos que analisar discursivamente um dicionário é saber que certos sentidos se sedimentam, “se estabilizam, mas ao mesmo tempo é saber que eles sempre estão sujeitos a serem outros, sempre estão sujeitos aos equívocos, aos deslizamentos de sentido, às contradições entre diferentes posições de leitura” (HORTA NUNES, 2010, p. 12).

No discurso lexicográfico, os verbetes “globalização” e “globalizar” estão assim definidos:

Sequência discursiva 16:

Globalização. [De globalizar + -ção; ingl. globalization.] S.f. 1. Ato ou efeito de **globalizar**.

2. Econ. **Processo típico da segunda metade do séc. XX** que conduz a crescente **integração** das economias e das sociedades dos vários países, esp. no que toca à produção de mercadorias e serviços, aos mercados financeiros, e à difusão de informações. (FERREIRA, 2009, p. 986, grifos nossos).

Sequência discursiva 17:

Globalizar. [De global + -izar.] V.t.d. Bras. 1. **Totalizar, integralizar**. P. 2. Sofrer processo de globalização. (Ibidem, loc. cit., grifos nossos<sup>5</sup>).

A globalização, como o ato ou efeito de “totalizar, integralizar”, engendra o apagamento das diferenças, a redução ao um, ao unitário, ao mesmo. Discursivamente, segundo Orlandi, a globalização

É uma formação ideológica que, frequentemente, produz a redução das culturas a museus, museifica as relações com línguas locais, se prende a um multiculturalismo empobrecedor, que faz idealmente a apologia da diferença e da multiplicidade, mas impõe, na prática, um monolinguismo fechado que silencia a pluralidade linguística necessária à dinâmica das sociedades e dos sujeitos no mundo. (ORLANDI, 2012e, p. 7).

A globalização, como formação ideológica, produz sentidos para as diferenças, apagando-as como alteridades. Isso pode ser apreendido, também, pela formulação com a palavra “integração”, no segundo enunciado definidor de “globalização”. Assim como “totalizar” e “integralizar”, “integração” funciona ideologicamente como forma de juntar várias partes em um todo. Da forma como aparece no dicionário, seria juntar vários mercados financeiros, várias formas de produzir mercadorias e serviços, e várias formas de difundir informações em um só mercado financeiro, uma só forma de produção de mercadorias e serviços e uma só

---

<sup>5</sup> O que está grifado nas sequências discursivas 16 e 17 será considerado na análise. Esse recorte foi orientado por seu cotejamento com as postagens da comunidade.

forma de difundir informações. Desse modo, pela globalização, compreendemos que a diversidade concreta cede lugar à unidade (imaginária).

Chamou-nos a atenção ainda, a expressão “processo típico da segunda metade do séc. XX”. Será que esse processo não existia antes? A colonização parece funcionar como uma forma de “globalização”. Na colonização, as diferenças eram significadas como falta. No Brasil, por exemplo, se significaram as diferenças como precariedades. Na perspectiva colonizadora, a estrutura jurídico-administrativa e a religião dos indígenas eram precárias porque eram diferentes da ideologia eurocêntrica do português cristão. A falta, o *déficit* justificava a dominação (MARIANI, 2004, p. 25). Na “globalização” acontece uma outra forma de dominação, mas também funciona a ideologia da falta. Pela significação da diferença como falta, justifica-se “integrar” ou “integralizar” a(s) economia(s) e sociedade(s) dominante(s) à(s) economia(s) e sociedade(s) em que os processos de produção ou o mercado financeiro são significados como “deficitários”.

O mercantilismo, processo que ocorreu na Europa entre os séculos XV e XVIII, à semelhança da “globalização”, consistia em um processo de “integração” de mercado. A ocidentalização, processo em curso, também pode ser entendida como uma forma de “integração” de economias e sociedades. Dessa forma, compreendemos que pela formulação “processo típico da segunda metade do séc. XX”, apagam-se outros processos que, sob diferentes denominações e em diferentes épocas, produziram ou produzem efeitos semelhantes aos dicionarizados no verbete “globalização”.

No que interessa a este trabalho, a globalização produz o apagamento da historicização da Língua Portuguesa nos países que foram colonizados por Portugal. Apaga-se o fato de que a língua imposta pelos portugueses mudou nas diferentes ex-colônias. Sob diferentes condições de produção, produziram-se diferentes línguas. Na perspectiva do discurso da globalização lusófona, no entanto, consideram-se as diferenças como variações que não afetam a gramática da língua a ponto de constituir-se outra língua. Há somente uma língua, sistematizada nas gramáticas, que é oficial e legítima, e o que difere dessa língua são variações da língua legitimada.

Recortamos do arquivo a seguinte postagem, para analisar melhor como o imaginário da globalização funciona na comunidade *Língua Portuguesa*:

Sequência discursiva 18:

**Figura 12:** “Português: uma língua cada vez mais global.”

Fonte: Comunidade *Língua Portuguesa*.



[Descrição da postagem]

**Português: uma língua cada vez mais global**

Mais de 160.000 pessoas de países não lusófonos estão a aprender português, contribuindo para a sua “crescente afirmação como **uma língua global**”, disse hoje à agência Lusa a presidente do Instituto Camões, Ana Paula Laborinho.

“O **crescimento do interesse pelo português fora da Europa está em alta**, nomeadamente na África Austral, na América do Sul e na China”, precisou Ana Paula Laborinho.

“Infelizmente, a Europa é a região que não compreende que o **português é uma língua global**, em grande afirmação, o que para a Europa é também uma mais-valia. Muitas vezes, quando são elencadas as grandes línguas europeias, constatamos que o português não está incluído”, acrescentou.

Fonte: Blogue do IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa. (grifos nossos).

Português, na sequência discursiva 18, é definido como “uma língua”, uma, homogênea, inscrevendo o imaginário de unidade linguística entre os países “lusófonos” e, na perspectiva da globalização, o imaginário da transnacionalização da Língua Portuguesa entre os “países não lusófonos”.

Na sequência discursiva 18, funciona um dos efeitos mais importantes do imaginário da globalização. Pela formulação de que “o Português é uma língua global” ou “cada vez mais global” apaga-se a historicidade da língua e do sujeito. Ou melhor, se reduzem as diferenças (em termos da constituição, da historicidade) a

variedades locais (em termos da formulação) (ORLANDI, 1998, p. 80), pois enquanto somos constituídos por “uma história em que somos apagados como alteridade, somos apenas ‘singulares’, temos ‘particularidades’. Não somos o outro constitutivo porque não ‘somos’ (seres históricos etc.)” (ORLANDI, 2008, p. 56). Portugal é o centro, nesse imaginário da globalização em que a sequência discursiva 18 está inscrita. Essa centralização pode ser depreendida do fato de o enunciador, Ana Paula Laborinho, ser presidente do Instituto Camões. A formação discursiva dominante na comunidade impõe a citação do dizer de um sujeito constituído na posição discursiva lusófona. Esses sentidos inscrevem-se no imaginário da globalização pelo discurso da colonização. Quem tem autoridade para enunciar sobre a globalização da língua não é o brasileiro, é o português.

Essa discursividade lusófona está em funcionamento, também, na afirmação de que “o crescimento do interesse pelo português fora da Europa está em alta”. Além da referência à língua de Portugal pelo determinante “português”, a formulação sugere que o português “irradia” como “língua global” ou “cada vez mais global” a partir da Europa, a partir de Portugal. Funciona nessa afirmação o discurso eurocêntrico. O “Português”, nessa formulação, é o “Português” de Portugal. O “Português” legitimado pela escrita, pela tradição, significado pela ótica do colonizador como origem da língua oficial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A língua oficial das ex-colônias, na discursividade eurocêntrica, é significada como “cópia” malfeita da língua de Portugal (Ibidem, p. 27). Por esse sentido eurocêntrico de globalização da língua, produz-se o apagamento dos outros países em que a Língua Portuguesa também é oficial e da historicização da língua nesses países. Ao mesmo tempo, produz-se o efeito de homogeneização da língua. O “Português” é um idioma “global”, uno e sem falhas. O imaginário da globalização,

produz, assim, o esquecimento do político, do social, da abertura a experiências compartilhadas/divididas/confrontadas entre sujeitos das mais variadas formas identitárias, culturais, sociais, ideológicas. Nessa posição, nas relações internacionais, pratica-se o relativismo cultural e linguístico, aceitando-se, como é próprio à ideologia do humanismo idealista, todas as culturas e as línguas, idealmente, enquanto, na estrutura política que realmente decide, **somos dominados pelo monolinguismo da língua do poder.** (ORLANDI, 2012e, p. 8, grifos nossos).

Apesar de a autora se referir à língua inglesa como língua do poder, compreendemos que, de certa forma, no contexto da Lusofonia, a Língua

Portuguesa de Portugal é a “língua do poder” para os países que a têm como língua oficial. Isso é um efeito da colonização. Os sentidos para colonizador e colonizado retornam à memória, impondo-se a língua oficial de Portugal sobre a(s) língua(s) do Brasil e dos demais países que foram colônias portuguesas, ainda mais considerando que “Portugal [...] tem desenvolvido estratégias no sentido de aumentar o número de falantes de português, notadamente nas ex-colônias” (MARIANI, 2008b, p. 11). Apesar da independência política, ainda funciona o imaginário da colonização linguística. Por conta do imaginário de globalização, é possível, por meio de ações das políticas linguísticas de Estado, manter a unidade imaginária do “Português”, mesmo que, pelos discursos da descolonização, haja a compreensão de que ele tenha se tornado outros idiomas nas ex-colônias.

Considerando os sentidos constituídos para a Língua Portuguesa na formulação “português: uma língua cada vez mais global”, os sentidos para a língua constituídos nos discursos da descolonização são esquecidos. Ressoa nessa formulação o discurso da colonização, afirmando o “português” “uma” língua que já era “global” está se tornando “cada vez mais global”. Pensa-se que o “português” se tornou “língua global” na época da colonização, em que Portugal expandiu-se territorial e linguisticamente. Apagando-se as mudanças linguísticas ocorridas nas ex-colônias, se considera ainda aquela língua que atravessou o Atlântico como a “língua global”, que permanece a mesma e está se tornando “cada vez mais global”.

Quando tratamos de globalização, nos referimos ao processo que iniciou com o fim da segunda guerra mundial, quando “tem-se a ilusão de que nasce a comunidade internacional e de que o capitalismo triunfa” (ORLANDI, 2011, p. 6). Tem-se, nesse processo e no imaginário que ele engendra, a ilusão de que o mundo está unido em torno do capitalismo. Contudo, como afirma Mariani (2008b, p. 10), “a globalização não é homogênea, linear nem uniforme” e a conjuntura da globalização “não conseguiria diluir ou apagar elementos estruturais constitutivos de um Estado, como uma língua nacional” (Ibidem, loc. cit.). Há resistências ao imaginário de um mundo unificado sem fronteiras engendrado pelo discurso da globalização. Os vários comunitarismos, nacionalismos e fundamentalismos são exemplos disso.

Entretanto, na discursividade da sequência discursiva 18 há a compreensão de que há somente uma língua (“o Português”), em “crescente afirmação como uma língua global”. Desconsidera-se, assim, que nos diversos países que foram colonizados pelos portugueses, mesmo nomeando-se o idioma oficial por uma

referência a Portugal (à história da colonização), estão em funcionamento outras línguas, pelas quais diferentes sentidos são produzidos. Desconsidera-se, também, que mesmo que “o Português” seja ensinado a “pessoas de países não lusófonos”, não significa que a língua se mantenha a mesma. Como à época da colonização, considera-se que ensinar a língua é questão de “transplantação”, uma “transplantação” sem falhas, apagando-se a historicidade do sujeito e da língua.

É pelo funcionamento da nomeação, ou poderíamos dizer, determinação da língua como Língua Portuguesa ou “Português”, que se produz discursivamente a vinculação à língua de Portugal, e esse vínculo, pelo imaginário da globalização, reduz as diferenças produzidas nos países outrora colonizados, considerando-as como variedades do “Português”. Os sujeitos e sentidos são constituídos pela memória da colonização, impedindo-se, não sem resistências, a legitimação de línguas diferentes da língua do colonizador.

O determinante “Português”, que analisamos até aqui, é substantivo masculino, mas também aparece como adjetivo feminino (“portuguesa”) na sequência discursiva que segue. Segundo Indursky (1992, p. 284), a determinação discursiva “é o espaço privilegiado onde se articulam fatores sintáticos, semânticos e ideológicos”. O processo de determinação discursiva nos permite depreender as filiações de sentidos no discurso, como na sequência seguinte:

Sequência discursiva 19:

**Figura 13:** “05 de novembro Dia Nacional da Língua Portuguesa”.

Fonte: Comunidade *Língua Portuguesa*.



Na sequência discursiva 19 destaca-se a imagem do Brasil, pela coloração (nas cores da bandeira nacional brasileira) do que corresponde ao seu território, no mundo (o globo – em cores neutras). Determina-se um espaço para essa Língua Portuguesa, tornando-o legítimo, visível. Dar visibilidade e legitimidade ao Brasil no cenário mundial é afirmar a legitimidade de sua língua nacional.

A imagem destacando o Brasil permite pensarmos, também, em sentidos que remetem ao quarto momento da constituição da língua nacional do Brasil, que, segundo Guimarães e Orlandi (2001, p. 23), começa em 1826. Essa relação é possível porque àquela época inicia-se o processo de gramatização da língua falada no Brasil (Ibidem, p. 23). É a partir da gramatização que se dá visibilidade às diferenças do Português historicizado no Brasil e se começa a constituir, de fato, uma identidade linguística nacional, uma língua nacional brasileira.

No entanto, mesmo destacando o país e a “Língua Portuguesa” que se constituiu no Brasil, apagando, pelo texto não verbal, a relação dessa língua com a língua de Portugal, a determinação da língua pelo adjetivo “portuguesa”, como já analisamos anteriormente, mantém a relação de referência da língua do Brasil com a língua de Portugal.

Ao se determinar que a língua é a “Portuguesa”, esquece-se discursivamente a possibilidade de dizer Dia Nacional da (1) Língua Brasileira, ou das (2) Línguas Brasileiras. Nesses processos discursivos estruturados pelo esquecimento (de que a língua nacional do Brasil não é a mesma de Portugal; de que no Brasil várias outras línguas, além do Português, são faladas, etc.), interferem a ideologia, a história, o inconsciente. Entendemos esses processos com Fuchs e Pêcheux (2010). Os autores afirmam que

os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo do discurso”), e o que é rejeitado. (FUCHS; PÊCHEUX, 2010, p. 175).

No caso da sequência discursiva 19, a denominação da língua nacional brasileira como “Língua Portuguesa” é efeito da memória da colonização, de sentidos já estabilizados para a língua pelo esquecimento de que a língua transferida

para o Brasil pelo colonizador português se historicizou tornando-se numa língua diferente.

Denominar a língua nacional como (1) seria admitir que, no Brasil, não há uma Língua Portuguesa uma identificada com Portugal, as relações com as memórias discursivas constitutivas de outros povos que juntos formaram a nação brasileira a transformaram em outra língua. Já denominá-la como (2), seria considerar que no Brasil não se fala uma única língua. Além das variedades da Língua Portuguesa, há as línguas indígenas, africanas e de imigração. Seria colocar em questão a imaginária unidade linguística do Brasil. Unidade imaginária formulada não apenas pela denominação da língua, mas também pela imagem, na qual Língua Portuguesa e território nacional se recobrem sob o signo da nação (bandeira nacional).

Compreendemos, assim, que, de um lado, na sequência discursiva 19 inscrevem-se sentidos filiados aos discursos da descolonização, de outro, na determinação “portuguesa” os sentidos filiam-se aos discursos da colonização. Há nessas relações uma sobredeterminação discursiva

decorrente de práticas discursivas sociais, mobilizadas por um sujeito interpelado ideologicamente. Por conseguinte, seu discurso coloca em jogo simultaneidades, exclusões e contradições que sobredeterminam seu dizer. (INDURSKY, 1992, p. 284).

Os sentidos para a língua nacional do Brasil são sobredeterminados pela referência à “Língua Portuguesa” de Portugal e pelos fatos de linguagem de que no Brasil está em funcionamento uma língua diferente da língua de Portugal.

Já na relação inter-sequência, da sequência discursiva 18 com a sequência discursiva 19, temos:

- (1) **Português é uma língua global.**
- (2) **Dia Nacional da Língua Portuguesa.**

Tanto em (1) quanto em (2) o item lexical a que os determinantes discursivos se referem é a “língua”. Também se repetem os determinantes discursivos em (1) “Português” e em (2) “Portuguesa”, estabilizando-se o imaginário de uma língua una. Contudo, os determinantes discursivos em (1) “global” e em (2) “Nacional”

circunscrevem em dimensões diferentes a língua, filiando sentidos a diferentes imaginários.

Enquanto em (1) se considera a língua nacional portuguesa como globalizada, identificada com o mundo todo, em (2) a língua está identificada com uma nação, o Brasil. Em (1) sustenta-se o imaginário da globalização inscrito na discursividade da colonização, imaginário que conforma sentidos para as políticas linguísticas de Estado de Portugal visando promover e manter o imaginário de unidade linguística.

Já (2) é sustentado pelo discurso nacionalista. Em (2) consideram-se as diferenças do Português do Brasil como constituintes de uma outra língua, que não tem mais como referência a língua do colonizador. A referência passou a ser o próprio Brasil, desenvolvendo-se a legitimidade dessa língua como uma variedade padrão nacional, diferente da variedade padrão de Portugal. É interessante de se observar, contudo, que não se afirma que a língua nacional do Brasil também seja global. Ela fica circunscrita discursivamente ao espaço nacional. Apenas a língua nacional de Portugal é significada como universal (global). Nisso depreendemos o discurso da colonização determinando o discurso nacionalista brasileiro.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As perguntas que nortearam essa investigação foram: (i) que formação imaginária constitui sujeitos e sentidos na comunidade *Língua Portuguesa*? (ii) que processos de subjetivação a formação imaginária identificada produz? A partir das análises, é possível concluir que a formação imaginária que constitui a comunidade *Língua Portuguesa* é a da unidade linguística lusófona. Essa formação imaginária não funciona, porém, sem contradições. A unidade linguística imaginária que ela conforma reinscreve sentidos da colonização e da descolonização, remetendo o dizer aos discursos da globalização e do nacionalismo linguístico, respectivamente.

Em nosso gesto de interpretação, identificamos três imaginários que constituem a formação imaginária em funcionamento na comunidade analisada: o da correção linguística, o da Lusofonia e o da globalização.

O primeiro imaginário funciona pela inscrição do dizer no discurso do purismo linguístico, em que há o recobrimento da língua fluida pela língua imaginária e sua escrita, e no discurso pedagógico, que, funcionando como discurso do poder, institucionaliza a noção de certo e errado, produz o efeito da evidência do discurso metalinguístico. Esse imaginário conforma sentidos para a Lusofonia como o de que a(s) língua(s) do Brasil é(são) “errada(s)”, “cópia(s)” da língua de Portugal. Esta, por sua vez, é a “correta”, legitimada pela escrita, pela tradição.

O segundo e o terceiro imaginários funcionam na contradição entre os efeitos da colonização e da descolonização. Pelo processo de gramatização da língua brasileira, como efeito da descolonização, constitui-se uma língua nacional, estabelecendo-se as diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal. Ao mesmo tempo, a gramatização da língua nacional apaga as diferenças linguísticas internas ao Brasil.

As imagens (os imaginários) que se construíram para a Língua Portuguesa de Portugal e para a Língua Portuguesa do Brasil foram produzidas pelas relações de forças entre os processos de colonização e de descolonização linguística. De acordo com Orlandi (2007b, p. 10), “se, na colonização, o lugar de memória pela qual se significa a língua e seus falantes é Portugal, no processo de descolonização esta posição se inverte e o lugar de significação é deste lado do Atlântico com sua memória local”. Enquanto para o colonizador a sua língua é significada como correta e a língua do Brasil é significada como uma cópia falha daquela, para o ex-

colonizado as diferenças linguísticas não são erros, mas sim marcas da historicização da língua em solo brasileiro.

Compreendemos assim, pelo funcionamento dos imaginários identificados, que a formação imaginária da unidade linguística constitui posições-sujeito contraditórias: de um lado, a posição-sujeito colonizador, conformada por sentidos da colonização; e de outro, a posição-sujeito descolonizado, conformada por sentidos da descolonização. Segundo Orlandi (Ibidem, loc. cit.), “tanto a colonização quanto a descolonização são fatos da relação entre a unidade necessária (*esprit de corps*) e a diversidade concreta em um mesmo território”.

Parece-nos ainda, que no material de análise legitima-se o dizer da posição discursiva de colonizador. Isso porque a formação discursiva dominante na discursividade da comunidade é a da Lusofonia. Essa formação discursiva constitui-se de sentidos para a Língua Portuguesa que a significam como homogênea, tomando-se a língua imaginária como padrão, recobrando a língua fluida, apagando a diversidade linguística externa e interna aos países. O imaginário da globalização do Português reinscreve sentidos da Lusofonia e da colonização ao fixar como referência para a globalização a língua nacional de Portugal.

## REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre *et al.* (org) **Papel da Memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 3.ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2010. p. 11-22.

ALBUQUERQUE, Judite Gonçalves de; COX, Maria Inês Pagliarini. A polêmica entre separatistas e legitimistas em torno da língua do Brasil na segunda metade do século XIX. **Polifonia**. Cuiabá, EdUFMT, n.3, p. 31-61, 1997. Disponível em: <<http://cpd1.ufmt.br/meel/polifonia.php?cod=25>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BORGES, Julie Kellen de Campos. **As denominações do imigrante nas políticas de imigração no estado de São Paulo**: a produção da diferença. 2013. 401f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2013.

BORGES NETO, José. **Adjetivos**: predicados extensionais e predicados intensionais. Campinas [SP]: Editora da Unicamp, 1991.

BRANCO, Luiza Katia A. Castello. Sentidos em disputa: o nome "lusofonia" e Os nomes das línguas nos países da CPLP. In: Seminário de estudos em Análise do Discurso: O acontecimento do discurso: filiações e rupturas, 5, 2011, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/5SEAD/POSTERES/LuizaKatiaA ndradeCastelloBranco.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2013.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine Brandão. **Subjetividade, argumentação, polifonia**: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CAMARA, JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**: referente à língua portuguesa. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. (A era da informação economia, sociedade e cultura). v. 1. Tradução: Roneide Venancio Majer. Atualização para 6. ed.: Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **Acordo ortográfico**. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-176.aspx>>. Acesso em: 08 fev. 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Tradução de Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. p. 15-22.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

COX, Maria Inês Pagliarini. Quanto vale o falar cuiabano no mercado lingüístico mato-grossense? In: COX, Maria Inês Pagliarini (Org.). **Que português é esse?** Vozes em Conflito. São Carlos, SP: Pedro & João Editores; Cuiabá, MT: EdUFMT, Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2008. p. 21-49.

DIAS, Cristiane Pereira. **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo hiv**. 2004. 176 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2004.

\_\_\_\_\_. O discurso sobre a língua na materialidade digital. **Revista Interfaces**, Guarapuava, v.2, n.1, p. 38-46, jul. 2011.

DIAS, Luiz Francisco. **Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil**. 1995. 161 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 1995.

\_\_\_\_\_. O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, Eni P. (org.) **História das Idéias Lingüísticas no Brasil: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 185-198.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 4. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009. Conforme a nova ortografia. Inclui bibliografia. 2120 p. ISBN: 9788538528258 (enc.).

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambigüidade ao equívoco**. 1994. Unicamp: Campinas, SP: [s.n],

1994. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 1994.

\_\_\_\_\_. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Letras: Espaços de circulação da linguagem**. Santa Maria, n.27, p. 39-46, jul./dez. 2003. ISSN 1519-3985.

\_\_\_\_\_. (coord.). **Glossário de termos do discurso: projeto de pesquisa: a Aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso: a posição do leitor-autor (1997-2001)**. Orientadora: Maria Cristina Leandro Ferreira; Bolsista de Iniciação Científica Ana Boff de Godoy... [et al.] Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001. Reimpressão: 2005.

FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução: Bethania S. Mariani... [et al.]. 4.ed. Campinas: Unicamp, 2010. p. 159 – 249.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil. **Relatos**, IEL/Campinas, SP, nº 1, p. 03-20, ago. 1994.

\_\_\_\_\_. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: A Gramatização Brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. **Língua e Cidadania: o português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 127-138.

\_\_\_\_\_. **Texto & Argumentação: um estudo de conjunções do Português**. 4.ed. Revisada e Ampliada. Campinas, SP: Pontes, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. Apresentação. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. **Língua e Cidadania: o português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 9-15.

\_\_\_\_\_. Formação de um Espaço de Produção Linguística: A Gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (org.) **História das Idéias Lingüísticas no Brasil: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001. p. 21-38.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. **Cadernos de estudos lingüísticos**. Eni Orlandi e João Wanderley Geraldi (Org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, v. 19, p. 43-64, 1990.

HORTA NUNES, José. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras**. Taguatinga, DF, v.3, n1/2, ano III, p. 6-21, 2010.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira (1964-1984). 1992. 372f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 1992.

KRISTEVA, Julia. **História da linguagem**. Tradução Maria Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 2003.

**Língua Portuguesa (comunidade)**. Disponível em:  
<<http://www.facebook.com/linguaportuguesa07?fref=tck>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução de Freda Indursky. 3.ed. Campinas, SP: Pontes: Editora Estadual de Campinas, 1997.

MARIANI, Bethania. **Colonização Linguística**: Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas, SP: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Quando as línguas eram corpos: sobre a colonização lingüística portuguesa na África e no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Política lingüística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 83-112.

\_\_\_\_\_. Entre a evidência e o absurdo: sobre o preconceito lingüístico. **Letras: Língua, Sujeito & História**. Santa Maria, n. 37, p. 19-34, jul./dez. 2008a. ISSN 1519-3985.

\_\_\_\_\_. Quanto vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e Lingüísticas. **Revista Encontros de Vista**. 2. ed., p. 1-12, jul./dez. 2008b. ISSN 1983-828X.

ORLANDI, Eni P. Segmentar ou recortar? **Lingüística**: questões e controvérsias. Uberaba, Fiube, 1984.

\_\_\_\_\_. O lugar das sistematicidades lingüísticas na Análise de Discurso. **D.E.L.T.A**, São Paulo, v.10, n.2, p. 295-307, 1994a.

\_\_\_\_\_. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994b.

\_\_\_\_\_. Discurso: Fato, dado, exterioridade. In: CASTRO, Maria Fausta Pereira de. **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas, SP: Unicamp, 1996, p. 209-218.

\_\_\_\_\_. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Lingüístico**, Florianópolis, n. 1, p. 73-81, jul./dez. 1998.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento lingüístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002a.

\_\_\_\_\_. A análise de discurso e seus entre-meios: notas para a sua história no Brasil. **Caderno de Estudos Lingüísticos** (42), Campinas: Jan./Jun. 2002b.

\_\_\_\_\_. Ler a Cidade: o Arquivo e a Memória. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Para uma Enciclopédia da Cidade**. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/ Unicamp, 2003. p. 07- 20.

\_\_\_\_\_. A língua brasileira. **Ciência e Cultura** [online]. São Paulo, v.57, n.2, p. 29-30, abr./jun. 2005. ISSN 2317-6660. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200016&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200016&script=sci_arttext)>. Acesso em: 25 out. 2013.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007a.

\_\_\_\_\_. Processo de descolonização lingüística e “lusofonia”. **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**. Campinas, v. 19, p. 9-19, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista - discurso do confronto**: velho e novo mundo. 2.ed. Campinas: Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Língua Brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009a.

\_\_\_\_\_. Processo de descolonização lingüística: as representações da língua nacional. In: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa (orgs.). **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009b. p. 211-223.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 5.ed., Campinas, SP: Pontes, 2009c.

\_\_\_\_\_. Língua, Comunidade e Relações sociais no espaço digital. In: DIAS, Cristiane. **E-urbano: Sentidos do espaço urbano/digital** [online]. 2011, Consultada no Portal Labeurb –<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 10.ed. Campinas, SP: Pontes, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4.ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6.ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2012c.

\_\_\_\_\_. **Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia**. 2.ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2012d.

\_\_\_\_\_. Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. **RUA** [Online]. Campinas, v. 2, n. 18, 2012e. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=131>> ISSN 1413-2109. Acesso em: 20 set. 2013.

PAIVA, Maria da Conceição Auxiliadora. Supressão das semivogais nos ditongos decrescentes. In: OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline de; SHERRE, Maria Marta Pereira (orgs.). **Padrões Sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 217-236.

PAYER, Maria Onice. Entre a língua nacional e a língua materna. In: II Seminário de Estudos em Análise de Discurso, II SEAD, 2005, Porto Alegre, RS. **Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise de Discurso** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/sead2.html>> ISSN 2237-8146.  
Acesso em: 15 set. 2013.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org.) [*et al.*]. **Gestos de leitura**: da história no discurso. Tradução: Bethania S. Mariani... [*et al.*]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. p. 55-66.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi... [*et al.*]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução: Bethania S. Mariani... [*et al.*]. 4.ed., Campinas: Unicamp, 2010a. p. 59-158.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* (org) **Papel da Memória**. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 3.ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2010b. p. 49-57.

\_\_\_\_\_. Remontemos de Foucault a Spinoza. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.) **Análise de Discurso**: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 6.ed. Campinas: Pontes, 2012.

PETRI, Verli. A produção de sentidos sobre o gaúcho: um desafio social no discurso da história e da literatura. **Conexão Letras**, v. 4, p. 71-86, 2009.

RODRIGUEZ ZUCCOLILLO, Carolina Maria. **Língua, nação e nacionalismo**: um estudo sobre o guarani no Paraguai. Campinas, SP: [s.n.], 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2000.

**Ruy Barbosa**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/institucional/galeria-dos-ministros/republica/rep001/?searchterm=ruy%20barbosa>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais**. São Paulo: Editora Matese, 1963.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert (orgs). RIEDLINGER, Albert (col.) Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27.ed. São Paulo, Cultrix, 2006.

SERRANI, S. M. **A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade**. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

SILVA, Mariza Vieira da. Espaços urbanos - espaços da escrita. **Escritos**: Escrita, escritura, cidade (I). Campinas: Laboratório de Estudos Urbanos/NUDECRI - UNICAMP, n.5, p. 23-30, dez. 1999.

SILVA SOBRINHO, José Simão. Memória(s) da língua e ensino de língua portuguesa. In: COX, Maria Inês Pagliarini (Org.). **Que português é esse?** Vozes em Conflito. São Carlos, SP: Pedro & João Editores; Cuiabá, MT: EdUFMT, Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2008. p. 51-66.

\_\_\_\_\_. Os nomes da língua do Brasil no Museu da Língua Portuguesa: uma questão política. **Sínteses** (UNICAMP, Online), v. 14, p. 386-404, 2009.

\_\_\_\_\_. **“A língua é o que nos une”**: língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa. 2011. 133 f. Tese (Doutorado em Linguística)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

TEIXEIRA, Carlos Alberto. **A origem do Facebook**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/tecnologia/a-origem-do-facebook-4934191>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

VENTURINI, Maria Cleci. O sujeito porta-voz é sempre um nós em construção? **Alfa**, São Paulo, v. 56 (1): p. 293-308, 2012.